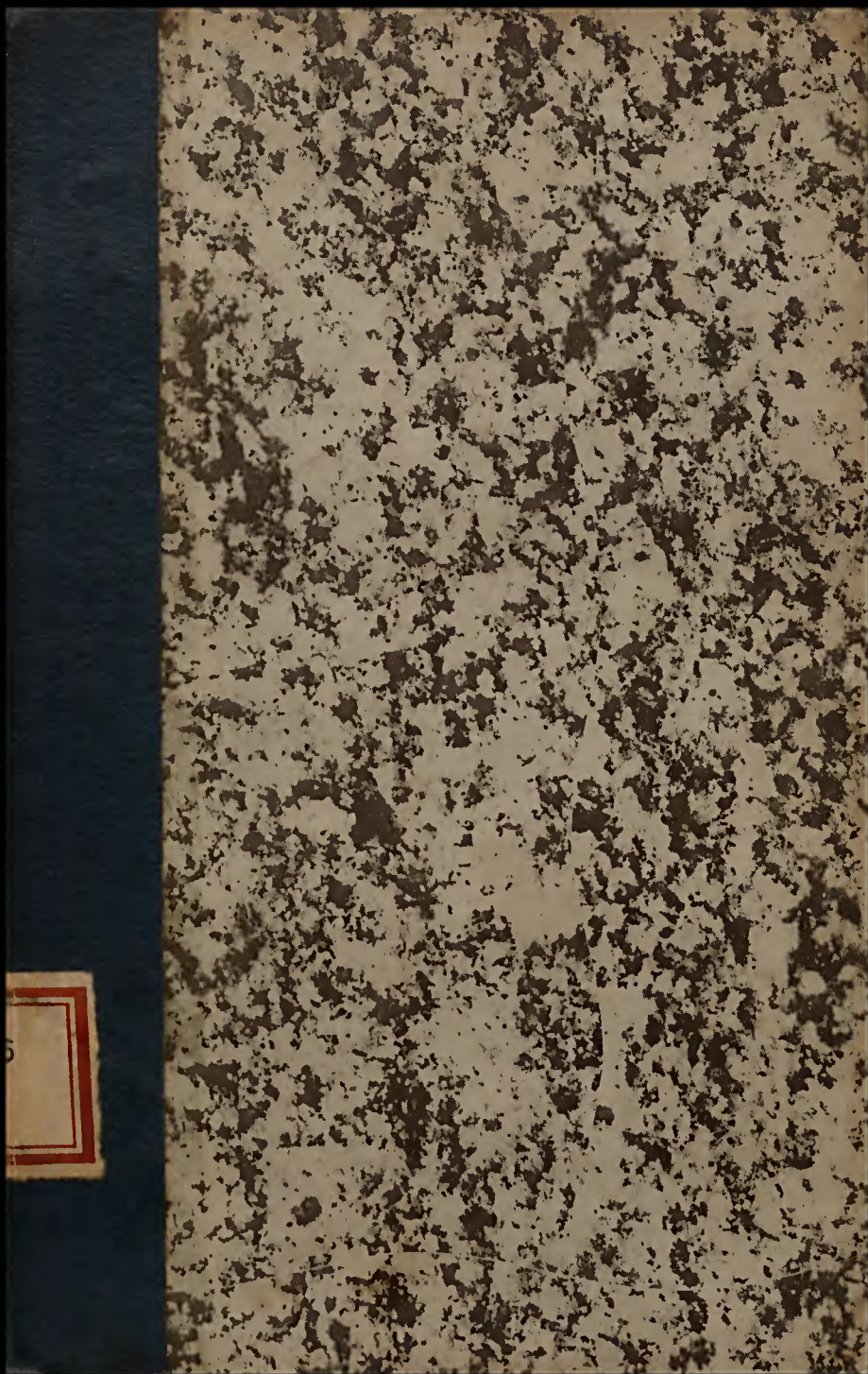
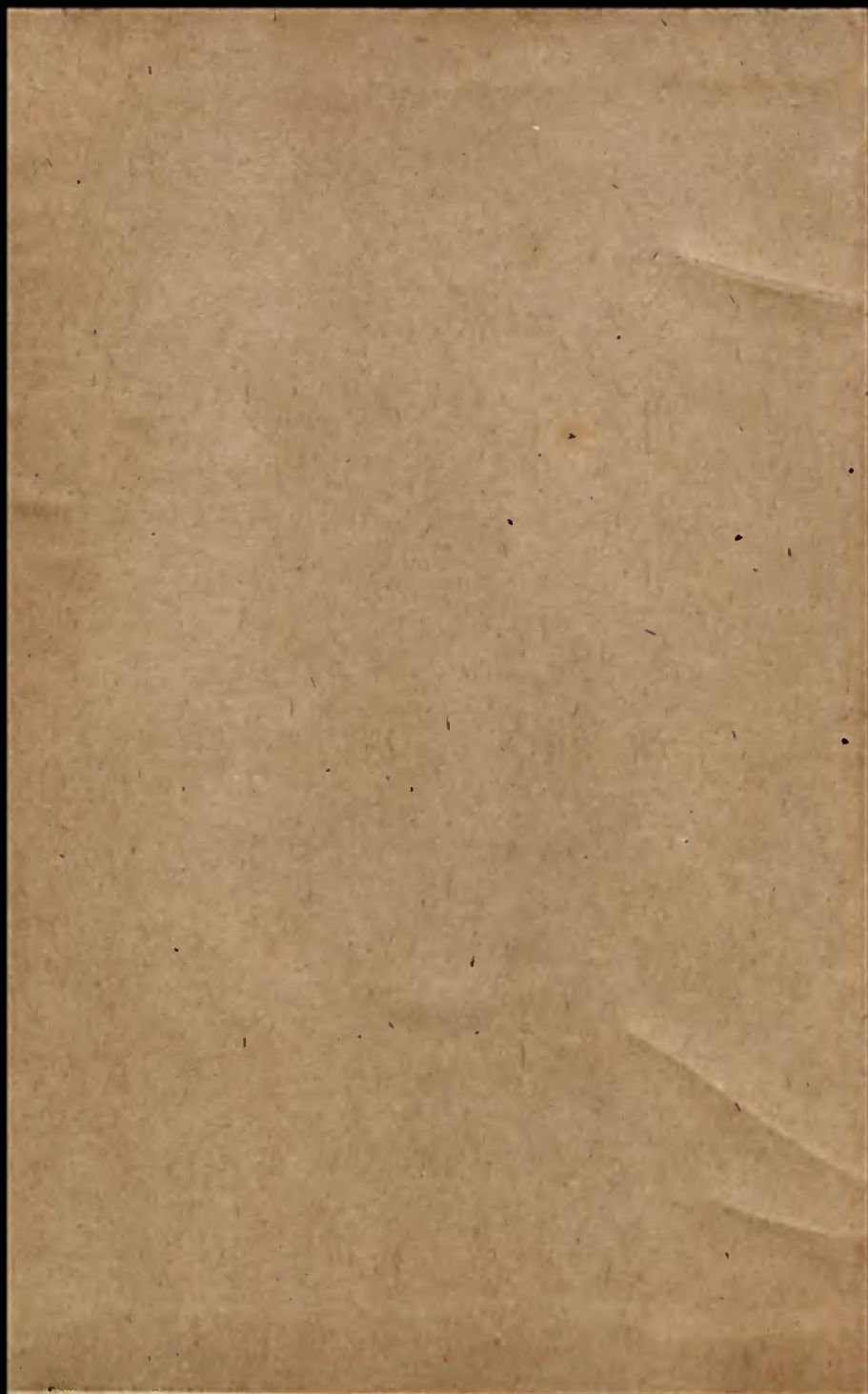
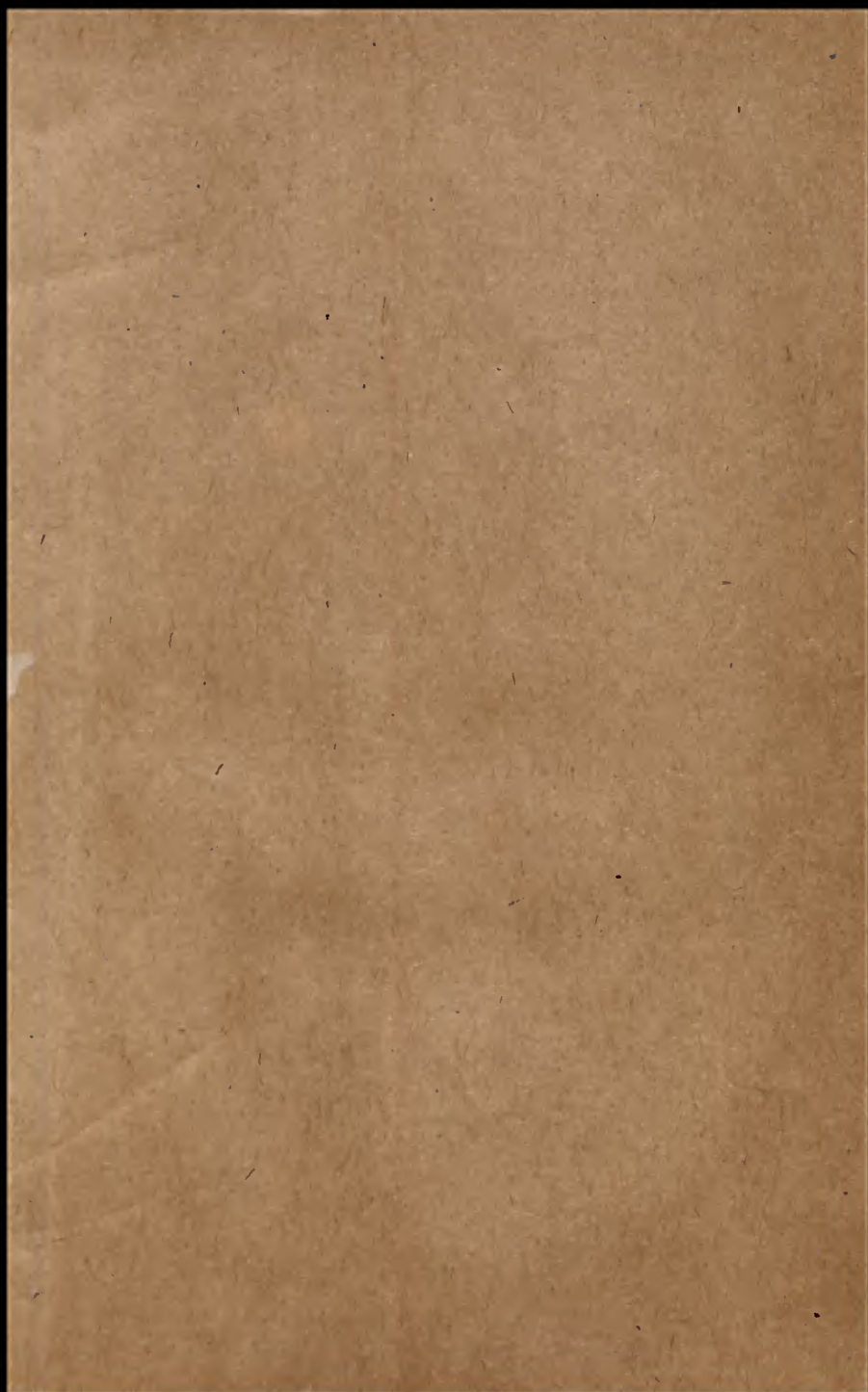
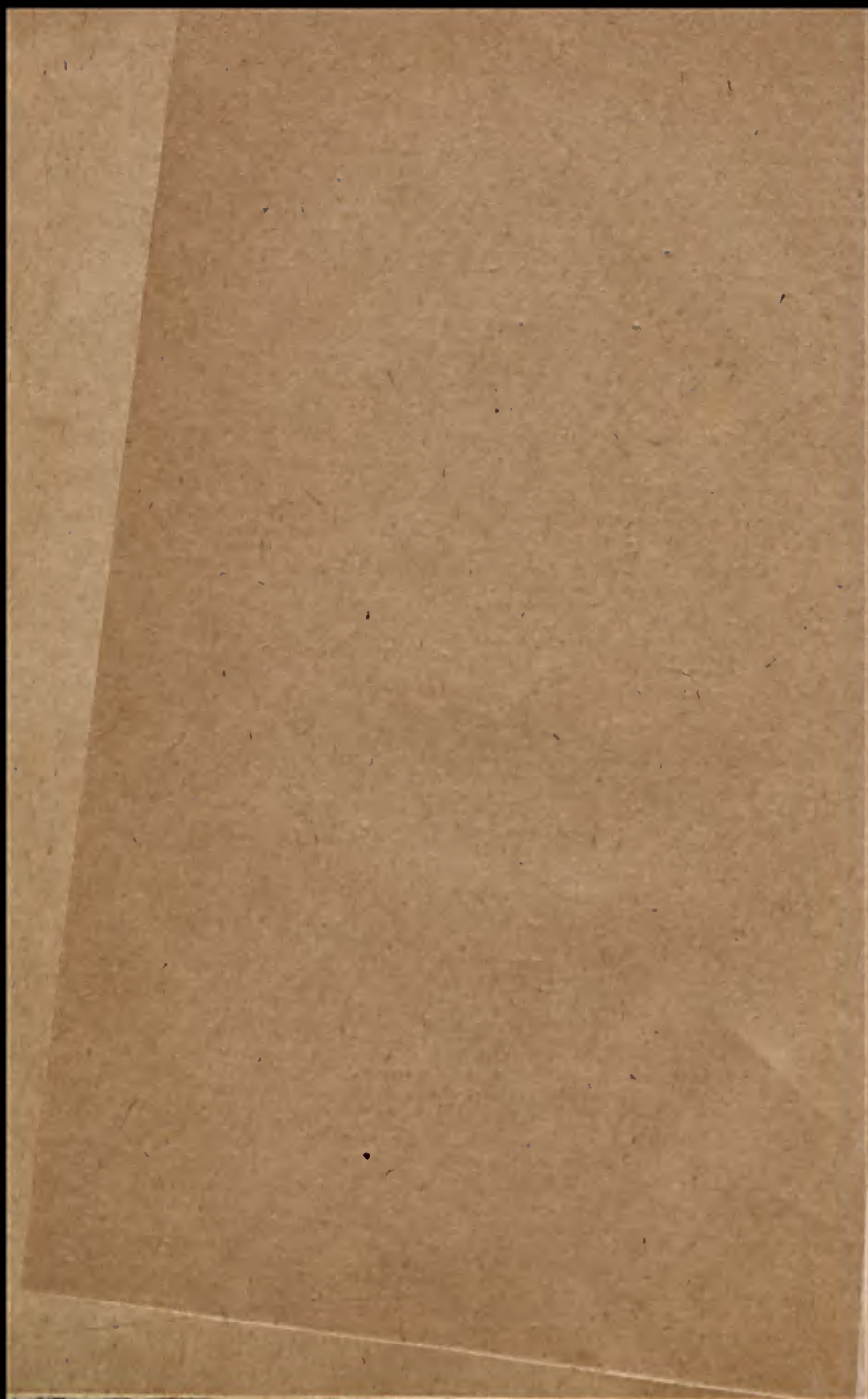




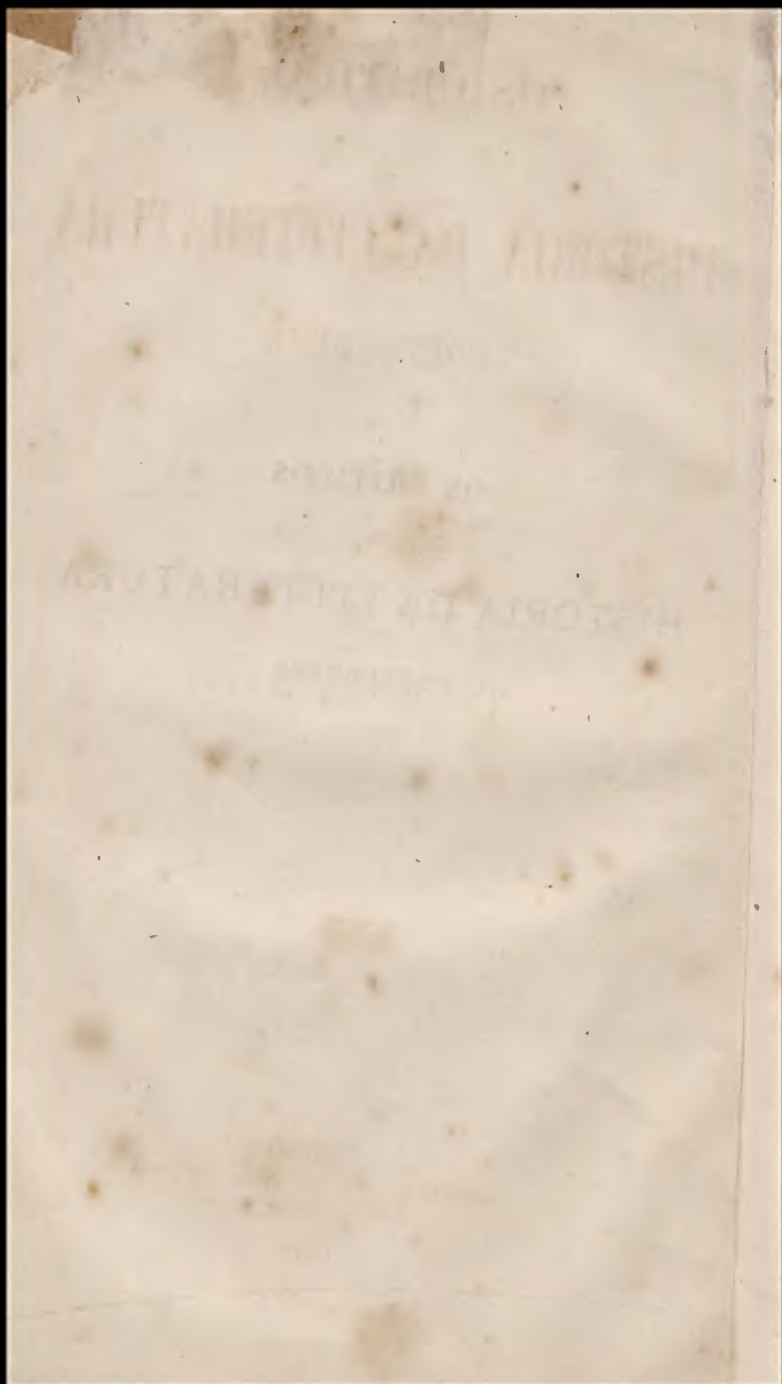






OS CRITICOS
DA
HISTORIA DA LITTERATURA
PORTUGUEZA



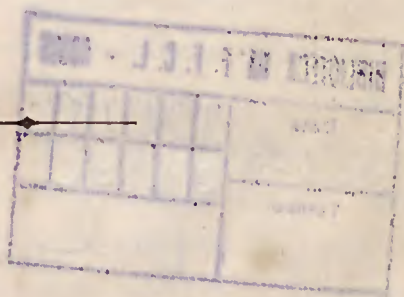


OS CRITICOS
DA
HISTORIA DA LITTERATURA
PORTUGUEZA

EXAME DAS AFFIRMAÇÕES DOS SRS.
OLIVEIRA MARTINS, ANTHERO DE QUINTAL
E PINHEIRO CHAGAS

POR

THEOPHILO BRAGA



PORTO
IMPRENSA PORTUGUEZA—EDITORA
181, Rua do Bomjardim, 185

1872



BIBLIOTECA DA F. F. C. L. - ASSIS	
Data	8/11/15
Tombo	813c
1868	ful

809:09
 813 c
 V.L.P
 619

Analysando, no presente opusculo, o estado de espirito dos criticos da *Historia da Litteratura portugueza*, e provando que elles são alheios aos problemas das origens litterarias da Europa, que ignoram os resultados positivos da moderna escola historica, que encobrem com pretenciosas referencias a sua falta de estudo technico, e sobretudo pela sua carencia de processos logicos, de deducção, e de falta d'essa moral que só dá o trabalho, em nada servem a sciencia, antes a desauthoram, não venho com isto apresentar-me como isempto de erros. Ao terminar um dos corpos da *Historia da Litteratura portugueza*, escrevemos sob a convicção que dá a experiencia immediata: «os que se dedicarem a esta ordem de estudos terão occasião de fazerem reparos,



notarem defeitos, deficiencias, repetições, anachronismos, erros em que hade sempre cair quem não tiver os meios materiaes para apurar a verdade.» (1)

Depois d'esta anterior e espontanea declaração, o vir aquilatar o valor d'esses criticos não poderá tomar-se como intolerancia de doutrinas, mas como uma lição de honestidade. Os *factos* não se refutam com *phrases*; e a sciencia não é uma cousa que se illuda com espertezas de rapaz de eschola, como acontece no ensino official. E ainda que o homem que trabalhou com coragem e desinteresse veja um dia refutada toda a sua obra, então póde dizer nobremente como Strauss: a sciencia passou além dos meus resultados, mas fica-me a satisfação de ter partido de mim este impulso.

(1) *Historia do Theatro portuguez*, t. iv, p. v



OS CRITICOS

DA

HISTORIA DA LITTERATURA

PORTUGUEZA

Nos paizes aonde se não vive pela actividade da intelligencia, aonde as luctas da sciencia não communicam ao publico a fé nos resultados positivos e ao mesmo tempo uma forte moralidade e desinteresse nos esforços para chegar á verdade, n'esses paizes apathicos, mais conhecidos pelo nome de — terras pequenas — a critica é synonymo de maledicencia; o que exerce esta fecunda faculdade do espirito torna-se odioso, e o que a merece por qualquer das suas obras, ou é considerado victima ou é repellido por ter passado em julgado como inutil, como incompetente, como homem que vacilla de encontro á sua vocação, porque não comprehende mais. Quem trabalha com coragem n'este meio dissolvente, tem de seguir impassivel a linha que se traçou, sob pena de ser perturbado para sempre, de aberrar das descobertas da sciencia para se perder no labyrintho de ociosas personalidades, e de se desauthorar tendo de descer ao nivel de implacaveis vaidades; o exemplo do historiador critico de Hespanha, Masden, que não chegou a completar a sua obra, por ter sido distrahirido por todos os que se lembravam de atacar-o, e mais modernamente entre nós o sr. Alexandre Herculano, que cita dolorosamente o exemplo de Masden, bastam para indicar o modo pratico de vencer este perigo do obreiro isolado, adoptando um silencio e abstenção que é de um lado o não dispendir forças, do outro o deixar á livre opinião as suas mais claras manifestações.



Um vago instincto d'esta verdade, tem sido a causa de levantarmos obra no curto espaço de oito annos, e em uma idade tão precoce; que levaria a duvidar-se da sua authenticidade, se todos esses livros publicados de 1864 a 1872 não tivessem impressos em si o eunho de uma mesma individualidade, com as suas tendencias, os seus defeitos de organização ou de methodo, os seus pontos de vista mais ou menos hypotheticos, mas sempre coherentes. Depois do apparecimento da *Visão dos Tempos*, e passado o momento do enthusiasmo sincero, ninguém ainda, da geração nova, foi mais discutido, mais verberado, mais insultado no seu trabalho, mesmo pelos que o tinham saudado no primeiro transporte, do que o auctor d'esse livro; elle era criança então, e só no mundo, e o facto de viver do seu braço não lhe deu tempo para entrar em soalheiro e repellir todas as perfidas insinuações, nem desfazer o cordão sanitario em que a imprensa do reino o separou até 1869, nem tão pouco entrar em transacções com editores que ajuisavam pelo que ouviam aos seus *habitués*. Mas diz o proverbio oriental «a verdade é grande, ella triumphará»; os que esbravejavam remetteram-se ao silencio, porque começaram a conhecer que não feriam, e o trabalho serio e com intuito superior começou a provocar respeito e adhesão da parte dos que viam a inuidade dos que condemnavam, e resultados palpaveis da parte do que era condemnado. Contra esta corrente favoravel da opinião, oppôz-se uma outra arma—*a conspiração do silencio*, para que todos e quaesquer livros d'esse «trabalhador infatigavel» passassem desaperecebidos, não encontrassem quem d'esso conhecimento de que sequer existiam.

É sempre difficil a um homem de bom senso o falar de si; só por uma grande violencia julgo conveniente alludir pela primeira vez a esta lueta, que se reflectiu na minha vida de cidadão, sendo repellido em 1868 em um concurso na Academia Polytechnica do Porto, e em 1871 em outro concurso na Universidade de Coimbra, sem encontrar no meio d'estas duas clamorosas infamias uma voz desinteressada que protestasse contra a impune atrocidade de violação da consciencia e do direito do trabalho. Foi entre estas duas



épocas negras para a historia d'esses dois estabelecimentos litterarios, que appareceu o primeiro volume da *Historia da Litteratura portugueza*, em que se lançavam as bases d'esse vasto edificio; na curta advertencia que precede o livro dissemos: «a obra está prompta; não sabemos se será possível vencer a indifferença geral por esta ordem de trabalhos. Se a parte principal tiver de jazer inedita ou se perder, aqui fica desde já a Introducção, como o fio conductor para o que aventurar-se a examinar os páramos da nossa litteratura.»

Não contavamos com os meios materiaes de publicação; quiz um accidente fortuito que desaparecessem para mim as difficuldades que embaraçam a totalidade dos escriptores portuguezes, e a esse facto se deve a publicação de onze volumes da *Historia da Litteratura portugueza*, no espaço de tres annos (1869-1872). Abaixo veremos como esta obra encontrou em volta de si silencio calculado e insinuações torpes dos diarios de dez reis.

Depois da chamada *Questão de Coimbra*, em 1865, a corrente da lueta com os velhos auctoritarios, obrigou-me a mostrar-lhes como em volta d'elles existia um profundo movimento scientifico, que não conheciam, e por isso não respeitavam, e que para terem direito a dirigirem a geração do seu tempo era preciso que representassem alguma idea, pelo menos não muito afastada da direcção actual do nosso seculo. As *Theocraeias litterarias* foram o simples protesto de dissidencia, e significariam apenas um impeto de rapaz de escola, se não tratasse logo de oppôr ao prestigio tradicional dos arcades posthumos obra em que se vissem realisados os principios da moderna critica, da critica do seculo XIX, que satisfizes a aspiração de Vico, alliando a Philosophia e a Philologia, que até então andavam separadas. Esta necessidade moral nos levou a fixarmos a nossa actividade no campo da *Historia da Litteratura portugueza*, como aquelle que abrangia maior numero de problemas, tanto sociaes como artisticos, religiosos, philologicos e politicos, tomando para criterio supremo, que, depois dos Schlegell, dos Grimm, de Victor Le Clerc, de Paulin Paris e de Fauriel, a historia litteraria era uma verdadeira sciencia experimental da civi-



lisação e do genio dos povos. A prova material, de que em 1865 começámos a trabalhar na *Historia da Litteratura portugueza*, está n'estas linhas do sr. José Joaquim Rodrigues de Freitas, em uma correspondencia do Porto, d'esse anno, para o *Jornal do Commercio*: «Theophilo Braga, com o profundo senso artistico de que é dotado, fará grandes serviços á Litteratura portugueza, se, investigando-a desde as origens, nos der a *Historia* que nos falta, e preencher tantas lacunas, que ainda apresentam os nossos trabalhos litterarios. Talento brilhante e experimentado, ainda que tão moço, está fadado para deixar de si monumentos perduraveis, que illustrem as letras portuguezas d'este seculo, se continuar no mesmo caminho e com o mesmo ardor que tem mostrado desde que os raios da mocidade lhe polarisaram o espirito no sentido da poesia philosophica.» (1) Enquanto outros esca- lavam muros de conventos e se dissolviam em alcool, nós sustentámos o pêso da animadversão dos mestres e da opi- nião burgueza que condemnava a irreverencia dos moços, e junto com a fadiga de uma formatura e com os esforços para aleançar nobremente o pão quotidiano, levantamos esse mo- numento a que chamamos: «Trabalho modesto a par dos iniciadores, e grande em uma terra aonde nada se estuda e nada se respeita.»

Publicou-se em 1869 o primeiro volume da *Historia da Litteratura portugueza*, para acendrir a um amigo, que não queria despedir os seus operarios por causa de uma repen- tina crise de trabalho na sua typographia. Como foi recebido o livro pela critica séria e impassivel? Como se manifesta- ram esses outros talentos prodigiosos que fazem sciencia sem factos e sem fixidez de principios? Na *Revolução de Setembro* appareceu uma local, que é um profundo documento his- torico: «Obras d'estas, *escriptas de mais a mais por homens mal avindos com certas confrarias do elogio mutuo e de trom- beteiros da fama*, tem geralmente um limitadissimo consum- mo em faee das bugigangas sedições, que por aí vêm apre- goadas pelos supracitados sujeitos.» E terminava dizendo:

(1) *Jornal do Commercio*, n.º 3511, anno xii. 1865.



«Não nos façam a injustiça de pensar que nos parecemos em alguma cousa com certos conspiradores do silêncio, almas chilras que uos enojam apenas.» Os diversos tomos da *Historia da Litteratura portugueza* foram-se succedendo ininterruptamente, e fique confessada publicamente esta grande lei moral, — que a contenção de espirito em um trabalho sério, infunde uma segurança intima, uma serenidade superior, a ponto de se esquecer que existem essas rachiticas personalidades com as suas ferinas reticencias, a quem uma qualquer missão justa encommoda.

Estavamos n'este lavor lento e desinteressado, desligados de todas as relações que absorvem o tempo, quando de um modo insensivel começou a dar-se um leve movimento da imprensa a nosso favor; já apparecia de longe em longe uma breve local, com afirmações vagas, com os costumados epithetos de *erudito, infatigavel, corajoso*. Mas não ficou aqui: todos os dias recebiamos cartas com sympathicos protestos de adhesão de manebos mais ou menos conhecidos nas letras, uns pedindo para nos tornarmos centro de uma união de trabalhadores convictos, outros pedindo-nos que lhe proporeionassemos os meios de publicação. Inimigo de tudo quanto é convencional e absurdo, não nos servimos d'esta posição para effeitos chateaubrianeseos, e com a mais franca simplicidade, concedemos plena egualdade mesmo áquelles que ainda não haviam affirmado por qualquer fórma a sua intelligencia. Os que se eegaram com esta não comprehendida egualdade têm sido esses que me hão julgado sem sciencia e sem respeito; outros, com a honestidade que dá o trabalho sério, foram generosos em excesso, como se vê n'estas palavras do auctor dos *Musicos portuguezes*, chamando-nos: «investigador incansavel, que se encontra sempre ao lado de quem trabalha sinceramente, auxiliou-nos com os seus valiosos conhecimentos, enriquecendo esta obra com apontamentos de grande interesse; durante a impressão, tarefa cuja difficuldade, como escriptor novel não tínhamos avaliado á primeira vista, reeebemos muita vez os seus conselhos apreciaveis.» (Op. cit. XXVIII.) Estas palavras guardam-se como o mais digno premio que póde encontrar a dedicação pela



sciencia; não se recebe muitas vezes d'esta moeda, dada a um curioso por um homem que fez da archeologia musical o seu principal estudo. Vejamos agora como os curiosos julgam com mais dogmatismo aquelle que concentrou toda a sua actividade intellectual no campo da historia litteraria de Portugal.

§ 1.º — O snr. Oliveira Martins e a critica dos Mosarabes, no seu livro
ENSAIO SOBRE CAMÕES E A SUA OBRA

Se tivessemos de proceder a uma exposição do que está já feito na historia da litteratura portugueza, o methodo a seguir seria: o determinar a verdade dos *principios*, caracterisar o *methodo historico*, e indiciar os *resultados positivos*. O juizo que se derivasso d'este processo, que não dá logar a vagas affirmações, por mais absoluto que fosse, por mais rigoroso, era sempre mais equitativo do que estes agregados de phrases calculadas para a ignorancia do publico, que chegam a produzir nos espiritos sem habitos de racioenar miragens caprichosas em que o reflectido é superficial e o medioere é profundo. Os criticos da *Historia da Litteratura portugueza* estão em um estado psychologico tal, que se lhes torna impossivel tudo quanto não fôr synthetisar á larga e longe do mundo da realidade; a quem está n'estas condições os processos scientificos são um embaraço á livre phantasia, os factos tornam-se uma especie de grilheta de galeriano, e aquelle que os accumula para chegar a uma verdade inabalavel é quando muito um pobre homem, um britador de pedra, a quem n'um momento de generosidade se chama *erudito infatigavel*.

Estes homens, por isso que não têm critica, não a exercem no seu mister superior, que é dirigir o espirito e fixar a somma das verdades adquiridas para a sciencia; ao contrario, levam nas suas divagações só em mira que estão muito acima d'aquillo que julgam, e alludem a terminologias para darem a entender que estão de posse dos problemas que ellas exprimem. Ainda assim, cumpre declarar que



nos sentimos honrado todas as vezes que nos discutem, mesmo quando conhecemos praticamente a verdade d'este proverbio: *Desgraçado do homem que não tem um unico inimigo*. Depois da conspiração do silencio que se formára em volta da *Historia da Litteratura portugueza*, foi para nós um momento de satisfação o encontral-a citada em um livro do snr. Oliveira Martins; infelizmente n'esse escripto transpareciam os caracteres acima expostos. Atacava em uma pagina peremptoria aquillo que está circumstanciadamente provado em onze volumes. Foi no livro *Os Luziadas, ensaio sobre Camões e a sua obra*, (1) que appareceu o primeiro ponto de vista critico da *Historia da Litteratura*; não é preciso refutal-o, porque elle só contradiz e não prova, affirma sem auctoridades, mas basta mostrar que as idcias que ali apparecem são miragens mal comprehendidas da corrente dos modernos trabalhos philologicos da Europa aqui chegados através da decima dynamisação de uma revista dos cursos litterarios.

Procedamos como Saint-Beuve, para conhecer o estado de espirito do gratuito critico: em 1866 conhecemos o nome do snr. Oliveira Martins, porque fomos encarregados de contractar a impressão do seu *Phébus Moniz* na Typographia Commercial; em 1869 consultou-nos um editor se valeria a pena imprimir um folheto do mesmo auctor sobre o *Caneioneiro e Romaneciro geral portuguez*; áparte as conclusões em que mostra, falando dos *Foraes*, «até que ponto é capaz de chegar o talento a par com a audácia e insensatez» (2) desde esse tempo dataram as nossas relações meramente epistolares mas com uma supposta communhão de ideias. No entanto havia um homem com quem me tinha encontrado nas luctas da *Questão de Coimbra*, o sur. Anthero de Qüental, que depois de 1865 andára pelos Açores, Paris, Hespanha e America, despreocupado das letras, aborrecido de todas as leituras, e gravemente doente; este contemporaneo da Universidade veio tambem para mim, mostrou-me o sentimento que lhe

(1) *Op. cit.*, p. 173.

(2) Folheto, p. 14.



livro, mas peço-lhe que agora impresso o leia, o examine e me diga o seu voto.» O mesmo snr. Oliveira Martins, com uma sinceridade apreciavel me perguntou, se queria que se publicasse a nota em que julga os principios da minha *Historia da Litteratura portugueza*. Publicado o livro, para o qual tanto contribuiu litteraria e materialmente, appareceu logo no jornal *Primeiro de Janeiro*, de 26 do dito mez, de 1872, uma local feita sobre uma primeira e perfunctoria leitura, mas insidiosa, como quem queria ferir fundo. Não era preciso vêr longe para alcançar a intenção de condemnar a *Historia da Litteratura portugueza*; transcrevemos alguns periodos como capitaes e para se vêr se foi a boa fé que dictou essas linhas. Falando do livro *Os Luziadas, ensaio sobre Camões e a sua obra*, diz que está escripto com «esse espirito novo, que é o dos grandes mestres da critica moderna, os Quinet, Taine, Renan, Michelet, apparece n'esta obra, pôde dizer-se que pela primeira vez, applicado á litteratura e sociedade portuguezas do seculo XVI e aquella época, aliás tão conhecida, parece-nos vista áquella luz, uma outra cousa, cheia de imprevisto e novidade.» E continúa: «todos sabem que até hoje, a erudição (quando não a imaginação) tem dominado entre nós os estudos historicos, muito mais que a philosophia.» Após esta generica affirmação, outra ainda mais absoluta: «A critica entre nós tem seguido impassivel o trilho da erudição fradesca de datas, nomes, edições, arcores de geração dos poetas, e louvores das bellezas dos poemas, passava a ser um ramo da arvore da philosophia e se propunha não resolver difficuldades chronologicas e bibliographicas, mas dizer-nos o que foi o homem em tal ou tal época, o seu sentir intimo, o seu modo de ser em tal ou tal sociedade.» A esta ultima parte affirma, que no livro do snr. Oliveira Martins, está: «resposta dada com uma segurança e clareza que são quasi uma maravilha para quem considerar a falta de precedentes n'esta ordem de estudos entre nós.» E mais: «O intimo da sociedade portugueza, publica e particular, apparece ali analysado pela primeira vez... Tudo isto sem pretensões, sem nos impôr profundidades, sem palarrões, com firmeza, com lucidez. Pôde dizer-se, que d'esta vez a critica litteraria,



causava o não ter seguido como eu a vida placida do estudo e do gabinete, dizendo-me que eu trabalhava por uma Academia inteira.

Do sr. Anthero de Quental recebi eu uma carta a pedir-me para que dispuzesse dos meus meios para se conseguir a publicação de um novo livro do sr. Oliveira Martins, em que dizia: «Saiba que o Oliveira Martins nos volta de Hespanha com um magnifico trabalho de historia politica, social, philosophica sobre = Portugal e os Luziadas. = Está profundamente pensado e excellentemente escripto, *não como um trabalho propriamente litterario e de historia litteraria*, (isso deixa elle ao Theophilo: *suum cuique*) mas de critica social; *não no gosto de Taine*, mas de Quinet. E' a philosophia da historia do sceno XVI, com a critica das conquistas e a apreciação das consequencias até hoje. *Lembramo-nos para a publicação do seu editor*. Com o livro do Theophilo sobre Camões e com este, que se completam um pelo outro, teria elle publicado tudo quanto ha a dizer a respeito de Camões, dando em edição egual os dois livros fundamentaes. Como negocio eston que tambem lhe convirá; tanto pelo assumpto, como pelas cousas novas e atrevidas que diz, estou certo que tem veuda segura. *Assim, pedimos ao Theophilo* (o O. M. foi a Hespanha e encarrega-me de lhe escrever em seu nome) *queira propôr ao Moraes a publicação do livro*; dará um volume in-12.º, de 250 a 300 paginas. O Martins nada mais quer senão que lh'o publiquem, e 40 exemplares para si, dando-se por pago com isto. Não ha condições mais acceitaveis,» etc.

No meio da minha lucta litteraria de 1865 a 1869, tive a felicidade de conhecer um homem para quem a minha palavra é um evangelho, e que me encontron sempre nas suas crises de trabalho; bastava levar-lhe o livro, cuja publicação se me pedia, para elle se sacrificar dando-lhe publicidade. Assim acontecen; crendo-me solidario com todos os que trabalham com boa fé, venci as difficuldades materiaes para se imprimir o livro do sr. Oliveira Martins; elle mesmo me proenrou para me ler alguns capitulos, como se vê por esta carta: «*Tive occasião de lhe ler alguns trechos do meu*



a alta critica da grande eschola foi naturalisada na nossa litteratura, e de uma maneira brilhante.»

De quem seria este juizo tão absoluto, formado sobre uma primeira e perfunctoria leitura? Convinha conhecer a relação em que estava o critico com os estudos sobre Camões e com a serie dos trabalhos da *Historia da Litteratura portugueza*; indagado o auctor, disseram logo que fôra escripto pelo snr. *Anthero de Quental*!

Dvidei até ouvir a confissão da bôca do proprio snr. *Anthero de Quental*, que um mez antes me escrevia: «Que energico trabalhador é o *Theophilo*! Admiro-o e invejo a sua coragem, que é dupla, tanto para emprehender obra da magnitude da *Historia da Litteratura portugueza*, como para o fazer em Portugal, aonde a critica official está lavrando o mais accusador documento da sua vileza, negando-se systematica e malevolamente a falar dos trabalhos do *Theophilo*. *Amen dico vobis, recepiunt debitam mercedam.*» Como poderia acreditar que um homem que veio para mim, que me pediu a publicação do livro do snr. Oliveira Martins, que me escreveu essas linhas, fosse em tão pouco tempo levado a lavar um documento tão accusador como o da critica official, se o proprio snr. *Anthero de Quental* se me não apresentasse a si mesmo como auctor d'isso? Seria possivel que o snr. *Anthero de Quental* desconhecesse os meus trabalhos historicos, para os confundir com a erudição fradesca? Mas no folheto das *Causas da decadencia dos Povos peninsulares*, este senhor trabalhava sobre os meus livros, chegando, por um impulso de justiça, a escrever: «O genio popular, esse morrerá ás mãos do elero, como com tanta evidencia o deixou demonstrando nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a *Litteratura portugueza*, o snr. *Theophilo Braga*.» (1) E a proposito d'esta citação do meu humilde nome, que eu agradecei, escreveu-me o snr. *Anthero de Quental* estas linhas: «Citar ali o *Theophilo* era um dever, antes de tudo, e depois uma consolação para mim, porque eu devo-lhe palavras publi-

(1) *Op. cit.*, p. 32.



cas de justiça, que ainda não disse como quizera, mas que hei de por força dizer.»

Que revolução moral se passou na consciencia e na intelligencia do sr. Anthero de Quental no curto espaço de dois mezes? Perguntei-lhe se eram aquellas as palavras publicas de justiça que dizia dever-me; respondeu-me á primeira que era em outro campo que costumava dar as suas explicações; mostrei comtudo que julgára sem conhecimento de causa, porque esse «*intimo da vida portugueza publica e particular, que apparecia ali pela primeira vez analysado*» no livro do sr. O. Martins, era extrahido do meu livro sobre os *Foraes*, do meu livro sobre *Gil Vicente*, e do meu livro *Historia dos Quinhentistas*, como se vê no quadro da reforma dos Foraes por D. Manoel, no typo portuguez do *fidalgo pobre*, tirado de Gil Vicente e das *Cartas* de Nicoláo Clenardo, no typo do juden, tirado da *Ropica pneuma* do João de Barros, da tristeza do povo por effeito da Reforma, citada no *Triumpho do Inverno* do Gil Vicente, e finalmente do privilegio do um lupanar, requerido por Dom Martinho de Castelbranco, que vem nas *Lendas da India*. E comtudo estes factos, aproveitados em segunda mão e dentro das mesmas aspas, não se acham vistos ali *com outra luz*, nem *mais cheios de imprevisto e novidade*, do que n'aquelle quo primeiro os soube achar e tirar partido d'elles. Mostrei-lhe em seguida como essa ideia exclusiva da civilisação romana, trazida para os povos modernos pela Provença, achára o seu maior sustentáculo em Fanriel, mas que já estava banida da sciencia da historia, desde que a actividade da critica começou a comprehender a independencia intellectual das creações e do genio gallo-franko. Mostrei-lhe mais que o que havia de profundo na poesia provençal era puramente gaulez e não romano, como attestavam as *Vallemechias*; finalmente, disse-lhe que o sr. Oliveira Martins, como enrioso, não vivia n'esta ordem de trabalhos, nem tinha á sua disposição os materiaes precisos para escrever historia. Sobre tudo isto o sr. Anthero de Quental, repellindo a accusação de má fé no seu juizo, offereceu-me o arbitrio de o considerar como tendo obrado com *leviandade*. Triste foi esta defeza, d'onde



resultou separarmo-nos como se, diante das pessoas que testemunharam esta situação, se tivesse dado uma morte de homem; e de facto alguém morreu pelo menos para a imputação.

Tudo isto explica o novo escripto do snr. Anthero de Quental intitulado *Philosophia da Historia da Litteratura portugueza*, publicado na vespera do meu concurso para a cadeira de Litteraturas modernas, do Curso Superior de Letras. O a proposito d'essa critica está revelado pela opinião do jornalismo. Fique esta questão para o § 2.º d'este trabalho, e ponderemos o juizo critico da *Historia da Litteratura portugueza* pelo snr. Oliveira Martins. Como affirmações sem prova, não ha que oppôr-lhe refntações; basta sómente certificararmo-nos do estado das suas ideias e concluir para a sua incompetencia. Eis a primeira asserção:

«A theoria sobre que assenta a sua *Historia* e cujo nascimento eu tive occasião de observar, estudar e refutar (vid. *Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez*, folheto, Porto 1869), consiste em considerar o facto social que se den na Peninsula e é conhecido pelo *mosarabismo*, como um facto ethnographico, como a ereação de nma nova raça que teria sido formada de um lado com o elemento arabe, do outro com os servos godos (o godo lite, como diz; etc.)» D'aqui o snr. O. Martins induz a falsidade do systema; mas vejamos como elle o *observou, estudou e refutou*. Falando dos *Loraes* e do *Romanceiro geral*, diz: «Primeiro do que ambos apparecêra (1865) a *Poesia do Direito*, que deixava bem adivinhar o futuro historiador. As sympathias naturalmente mysticas do sen genio, tão irmão do de Michelet, levaram-no para a eschola, hoje completamente passada, dos que filiavam todo o nosso presente nos costumes germanicos, com exclusão quasi completa do elemento romano. Esta tendencia manifesta-se principalmente nos *Loraes*. Contestar hoje a influencia ininterrompida do direito romano nas sociedades modernas, contestar a importancia suprema da tradição antiga na sua constituição politica (pelos municipios) e que significa a acção da ideia greco-romana no individuo e na sociedade, é comba-



ter contra uma cousa invencivel.» (1) Até aqui será observação do nascimento d'essa theoria, porque na *Poesia do Direito*, publicada aos vinte dois annos de idade, apresentámos pela primeira vez as «Origens poeticas do direito portuguez procuradas no velho symbolismo da Allemanha e da França»; tambem nos *Foraes*, sustentámos este mesmo principio em 1868, não com phrases, mas com documentos, com centenas de factos. Aonde está pois o estudo? O sr. Oliveira Martins, desconhecendo a profunda influencia *germanica* na civilisação do mundo moderno, dá uma prova de que está fóra da sciencia, por que esta verdade não naseu das theorias de Hegel na *Philosophia da Historia*, mas dos factos que reeceram a sua luz d'este philosopho, e passa como uma das conquistas inabalaveis do fundo historico do seculo XIX; negar a influencia *germanica* como «cosehola completamente passada» é desconhecer a origem do individualismo das sociedades modernas, é não comprehender a Reforma, é desconhecer as revoltas burguezas e as luetas do tereiro estado, é desconhecer a grande elaboração épica da idade media, é desconhecer o principio electivo dos municipios, enfim, é não saber historia elementar. Por isto se vê que não *estudou*; mas ainda diz que *refutou*. O dogmatismo é filho da ignorancia; o sr. Oliveira Martins, atacando a minha enumeração dos invasores da Península, diz graciosamente: «Onde foi desencantar os *bysantinos*? qual é o povo ethnographicamente conhecido por tal nome? Nenhum.» (2) ... «mas em que época dominaram os constantinopolitanos na península hispanica?» Bastava-lhe vêr o livro sobre *As raças antigas e modernas da Africa septentrional*, para achar aí os Bysantinos como raça, grega na sua origem, romanisada sob Constantino, collocada entre a Europa, Asia e a Africa, contendo a Thracia, a Macedonia, a Syria, a Asia menor e o Egypto; a época em que entraram na península determina-se no tempo em que atacaram os Wandalos da Africa e se fi-

(1) *Folheto cit.*, p. 14.

(2) *Ib.*, p. 35.



xaram em Carthago, d'onde depois entraram em differentes cidades do Mediterraneo. (1)

Refutando com plirases suspensas, o snr. Oliveira Martins teve de dar um *Post scriptum* á sua critica, por que no fim da sua publicação aconteceu o apparecimento dos *Cantos populares do Archipelago açoriano*; estes documentos vinham repassados das tradições germanicas, e o snr. Oliveira Martins entendeu-os tão bem, que diz sem fundamento: «Agora nos diz Theophilo Braga que os romances populares devem ser attribuidos ao genio arabe.» Misericordia! Nas *Epopéas da raça Mosarabe*, está elaramente definida a influencia exterior da civilisação arabe, e explicado o sentido da *Aravia*.

Oliveira Martins continúa, criticando os *Cantos do Archipelago*: «Por outro lado diz Theophilo Braga, (p. ix) que Mosarabe é a fusão do godo-lige (?) com o arabe; que servil era a condição dos mosarabes antes das revoluções communaes e das Cartas de Foral.—E os *cavalleiros-villãos*, cuja condição não era servil, ao contrario quasi nobre, os *cavalleiros-villãos* que formavam já a burguezia e por cuja importancia, combinada com outras causas, se deram as cartas de Foral, não em consequencia de revolta, mas para a povoação dos terrenos a toda a hora adquiridos do inimigo? E' por isso que eu me não conformo com o que encontro escripto a pag. XIII... Porém tornar synonymos *mosarabe* e *baixo povo*, é que eu entendo um engano. *Mosarabe* é a denominação que abrange todas as elasses, o servo como o livre, o proprietario como o trabalhador, o clerigo como o secular: não importa cathegoria na escala social.» (2)

Eis aqui a parte mais forte em que o snr. Oliveira Martins refuta o *Mosarabismo*; mas cada palavra sua, a interrogação intencional, a objecção dos *cavalleiros-villãos* tudo mostra a sua profunda ignorancia do colonato, sem o conhecimento do qual se não póde explicar a formação das linguas romanas, quanto mais o facto social. O *lite*, que tanto o intriga, é uma das fórmãs germanicas do nome do colono, como *ligio*,

(1) Du Prat, *Races*, cap. xv, p. 182 a 190.

(2) *Cit. Fol.*, p. 44.

lassi, lazzi, leut, lyt, lidi, liti, litones e laeti; basta abrir um glossario antigo. Para não responder com affirmações gratuitas consultemos Giraud sobre a instituição do colonato; diz elle, que os Barbaros aspiravam á participação dos privilegios do direito romano, e que este desejo passára da Italia para as provincias; então o governo de Roma, fraco e esgotado, levando em mira povoar as suas provincias e refazer os seus exercitos, offereceu essas pretendidas garantias, e a esses barbaros emigrados, que livremente se submettiam á condição de colonos romanos, se chamaram os *Laeti*. Giraud define mais explicitamente este nome, que indica sempre nos idiomas germanicos «uma classe de homens, submettida a certos deveres, subordinada a uma classe superior ou a um personagem de alta cathegoria, e applicada sob condições variadas, já ao trabalho dos campos, já aos serviços mannaes, já aos officios da domesticidade.» (1)

Ora o godo-lige, o colono, foi o que se deixou ficar ao contacto com os arabes, e é por isso que o Mosarabe comprehende:

1.º O *al dius*, que trabalhava nos campos, e formou as *pobras* ruracs. Tivemos a adscrição.

2.º O *mesteiral*, que trabalhava nos officios mechanicos. Tivemos as jurandas.

3.º O *burguez*, que vivia nas cidades muradas. Temos o municipio electivo.

4.º O *servo*, que exercia os officios da domesticidade, e que se trocava e vendia.

5.º O *cavalleiro-villão*, que só cumpria certos deveres definidos, como accudir ao appellido, ou pagar certos tributos.

6.º O *clerigo*, que era adscripto da Egreja, que, segundo os modernos trabalhos se deve julgar mais uma das fórmulas da propriedade do que uma instituição religiosa.

Em vista da enumeração dos elementos que constituem o Mosarabe, se descobre a sua extensão, palpavelmente superior ao godo-nobre, apenas constituído pelo aristocrata e pelo alto clero. Excuso de repetir aqui o que está publicado

(1) *Hist. du Droit français au moyen-age*, t. 1, p. 186.

na *Historia do Direito portuguez*, na *Introdução á Historia da Litteratura portugueza*, nas *Epopéas da Raça mosarabe*, e na *Theoria da Historia da Litteratura portugueza*, porque n'estes livros eondensei a quasi totalidade dos factos que mostram a alta importancia da raça mosarabe. Quando se lê o estylo auctoritario d'estas criticas de affirmações enida-se que é só para encobrir a falta de estudo; mas, depois a per-tenção de ter *refutado*, demonstra um deploravel estado de espirito.

Voltemos ao juizo da *Historia da Litteratura portugueza* exposto na nota do ultimo livro do snr. Oliveira Martins; elle escreve da lucta entre o mosarabe fecundo e o aristo-crata godo romanisado e imitador:

«Este systema, é, como o proprio auctor diz, a implan-tação, entre nós, da critica litteraria do romantismo, do sys-tema Schlegeliano, peló qual a renovação litteraria d'este se-culo é considerada como o acordar das nacionalidades, aba-fadas pela restauração antiga iniciada no seculo xv.» Schel-gel não diz isto só com relação ao romantismo, mas deduz esta grande lei, que ficará eterna na sciencia, de todos os es-forços da litteratura da idade média. Da sua incompleta comprehensão deduziu logo o snr. Oliveira Martins este co-rrolario: «Para o affirmar na Historia litteraria, o auctor ne-cessitava de uma raça opprimida e transformar n'ella um phenomeno social.» E aceresceenta mais esta affirmação: «A nascença d'esta theoria, que, como disse, eu tive occasião de estudar já, parece que se fixou e determinou na mente do auctor por analogia supposta com o movimento perfeitamente dualista da sociedade e das letras inglezas, movimento tão proeminentemente estudado por Taine.»

Ora aqui bem quizeramos tratar com piedade o snr. Oli-veira Martins, mas o seu dogmatismo importante tira a com-placencia que se tem para a ignorancia de um homem que na sua occupação industrial apenas lê por desfástio. Não foi de Taine que se derivou para a historia litteraria a ideia de a estudar sob o ponto de vista do dualismo *normando* e *saxão*. Na Chronica de Roberto de Gloucester, se encontra este gri-to: «As gentes da *Normandia* habitam ainda entre nós, e aqui



ficarão para sempre... Os *Normandos* descendem dos homens de alta eathegoria, que estão n'este paiz, e os *homens de baixa condição são filhos dos Saxões.*» Foi á luz d'estes quatro versos, que Agostinho Thierry escreveu a *Historia da conquista de Inglaterra*, sem a qual não existiria o trabalho de Taine. Não é preciso descobrir raças opprimidas, para achar o dualismo nas litteraturas; esse dualismo dá-se todas as vezes que as raças se constituem em nacionalidade e entram na vida historica. A necessidade de demonstrar isto, copiando excerptos dos meus livros, mostra que os julgam sem os lêrem. Vem na *Theoria da Historia da Litteratura portugueza*: «O exemplo da historia mostra-nos que as raças puras para se constituirem em nacionalidade, precisam de um elemento estrangeiro, que venha, por assim dizer, determinar esse ponto de ossificação: o grego constitue-se em nação depois das invasões das colonias asiaticas. O antigo Lazio só se erigiu em nação depois das migrações gregas; o saxon sómente depois da invasão normanda; o gaulez depois da invasão franka, e modernamente a Alemanha, depois do predominio do elemento slavo da Prussia.» (P. 13.) Ora, como toda a litteratura não pôde ser outra cousa senão a expressão do genio nacional, e como nenhuma raça pôde ter litteratura sem se erigir em nacionalidade e entrar na vida historica, segue-se que a Litteratura hade reflectir esse antagonismo dos elementos nacionaes, e hade ser baseada no dualismo da *tradição* e da *aspiração*, da raça primitiva que se fortalece pelo seu passado, e da raça movel que se lança audaciosa á posse da liberdade pela força da união. Estes principios não se realisam só na litteratura ingleza; todas as litteraturas que são expressão de uma forte nacionalidade explicam-se pela mesma lei. Tomemos a litteratura grega: ha ali o elemento *dorico*, fundo pelasgico, tradiçional, religioso o auctoritario, e o elemento *jónico*, aventureiro, maritimo, facil na adopção de novas ideias e com uma grande tendencia syneretiea; as colonias asiaticas fundem estes dois elementos contradictorios. Assim até á guerra da Persia predomina na civilisação grega o elemento *Dorico*; até á guerra do Peloponeso o elemento *Jónico*, e até ás guerras do Alexandre dá-se o ultimo esplendor do genio



grego. Estes dados não são meus, mas pôde ser que Ottfried Müller o Ernst Curtius, que os descobriam, sejam, para os nossos criticos gratuitos, de uma «eschola já passada».

O mesmo dualismo se descobre na litteratura latina; os elementos Ramnense e Titiense são raças homogeneas, inconsistentes, mas só a fusão com os Lucerenses é que lhe dá a força de nacionalidade; baseada esta fusão sobre um *contracto*, desde o principio da sua civilisação desenvolveram mais do que nenhum outro povo a ideia da *Justiça*. A sua primeira poesia foi o symbolismo juridico, os seus melhores prosadores os juriseconsultos, e os seus poetas na Renascença do seculo XVI serviram para se recompôr pelos seus versos o sentido perdido da velha legislação dos seus codigos. Ha na litteratura latina a lucta entre este genio juridico e o cosmopolitismo que levou Roma a imitar a arte da Grecia, e a nacionalisar o mundo. Mas este mesmo dualismo se dá na litteratura italiana, entre o elemento etrusco e o elemento lombardo como tão lucidamente o demonstiron Quinet. Com relação á França, a litteratura accusa o mesmo antagonismo entre o elemento gallo-franko, ou epico, gallo-bretão, ou novelleasco, gallo-romano, ou lyrico. Por isso quem vier alardeando perspicacia, e quizer derivar a origem da *Theoria da Historia da Litteratura portugueza*, do facto que se dá na litteratura ingleza, dá uma prova de um espirito sem luz, que não comprehende na sua essencia essa grande lei ethnologica, evidente no encontro do saxão com o normando. Eu mesmo duvido que o snr. Oliveira Martins lesse o livro de Taine; e creio que só o conhece pela exposição que d'elle fiz. Não é a primeira vez que os criticos alardeam erudição á minha custa.

Por ultimo o snr. Oliveira Martins assenta peremptoriamente este principio, depois de dar por phantastico o Mosarabe: «Quanto a mim, so algum dia intentasse escrever a historia portugueza, litteraria, politica ou social, o principio que havia de presidir a esse trabalho, o que tenho como a verdadeira comprehensão d'este povo, é que elle não é uma nação natural (geographica, ethnografica) mas sim uma nação moral; não é uma criação da natureza, mas sim uma criação



da consciencia.» Só a audacia de querer tambem ter theorias sem ter ideias, é que pôde levar esta affirmação de encontro á evidencia dos factos; para que repetir aqui aquella profunda observação da influencia do mar na constituição da nacionalidade portugueza, que Hegel pela primeira vez apresentou na sua *Philosophia da Historia*? Já a reproduzimos no seu logar competente; elle fortalece essa causa natural e geographica com o exemplo da Hollanda. Estamos no mesmo caso com relação á Hespanha, e da Hollanda diz o illustre Esquirós, no seu livro *De la Neerlande*, encontrando-se com Hegel, sem o saber: «Os povos são o que as influencias exteriores os fazem ser, o que os fazem a agua, o céo e a terra. O valor d'estas causas augmenta mais, quando uma nação se acha collocada em condições unicas de posição, *entre o continente e o mar*. A geographia d'este povo é então o prefacio da sua historia, a origem dos seus costumes, das suas instituições e do seu genio.» (1) Como se explicarão as navegações portuguezas, se abstrairmos dos nossos portos; como se explicarão as nossas riquezas e falta de vida industrial sem a exploração das colonias longiquas? A ethnographia é já uma consequencia do meio exterior e da raça; comprehendendo a linguagem, as tradições, os cantos, as fórmulas architectonicas, as superstições, os usos. O snr. Oliveira Martins não vê Portugal em nenhuma d'estas consas; estes factos (por sua natureza inconscientes, e por isso de um alto valor psychologico) são para elle virtualidades potenciaes de uma consciencia abstracta, que deu origem a uma nação moral? Isto é assombroso!

No seu livro, que tem em vista provar que Portugal teve uma origem e existencia moral, e mais nada, apparecem d'estes principios: «Desde que se abre a idade media até que se encerra, a originalidade poetica da Hespanha é nenhuma.» (P. 23.) A que attribuir taes affirmações? O snr. Oliveira Martins diz que as litteraturas nasceram na Peninsula da lingua e da poesia provençal: «E' d'esta ressurreição antiga, que a Hespanha se inspira, é d'ella que nascem as suas

(1) *Op. cit.*, t. 1, p. 4.



litteraturas, é então que ella volta a possuir uma vida original e propria...» (P. 169.) Saberá o que escrevia o snr. Oliveira Martins? Não, porque attribuinto ao provençalismo as origens litterarias da Peninsula n'esto seu livro, escrevia-me um anno antes a proposito dos meus *Estudos da Idade Media*: «O pensamento fundamental que preside á collecção dos *Estudos* não tem questão nenhuma; que é uma verdade: o romantismo é a renascença das nacionalidades litterarias esmagadas pelo classicismo. Quer-me porém parecer, que a investigar bem a genése do atrophamento das individualidades nacionaes-litterarias, haremos de ir encontrar rasões do facto já no *provençalismo* — supponho que o meu amigo é concorde n'isto commigo.» (19 de Novembro de 1869.) Esta contínua vacillação de ideias e contradicção consigo mesmo, resulta da vacuidade de espirito, da falta de noções previas para poder falar. O juizo anonymo do snr. Quental era tambem absoluto, como quem leva de assalto a opinião publica. O que fica exposto lhe dissemos mostrando o desacerto d'aquelle passo. O segundo juizo critico do snr. Anthero do Quental é na maior parte uma rectificação do primeiro, uma attenuação, um esforço para se justificar da primeira leviandade. E' por isso que dos trabalhos d'esta gente se póde dizer:

Adoptam o dogmatismo das affirmações, por causa da sua ignorancia negligente.

Julgam sem respeito, porque não sabem o que é o trabalho serio.

Nunca chegam a vencer a sua inutilidade, por causa da falsa ideia que fazem de si, julgando-se acima da sciencia, porque a fazem com qualquer jogo de palavras.

§ 2.º — O snr. Anthero do Quental e as CONSIDERAÇÕES SOBRE
A PHILOSOPHIA DA HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

E' muito difficil responder com coherencia a todas as proposições apresentadas pelo snr. Anthero do Quental na sua analyse phantasiada da *Historia da Litteratura portugueza*; escrevendo ao acaso do estylo, e no espaço indefinido de



umas vagas ideias geraes, improvisando theorias ao grado do arredondado dos periodos, não apresentando um facto, nem guiando o espirito a uma conclusão logica, tudo revela essa hesitação da intelligencia, que se esforça para encobrir a ignorancia com effeitos exteriores, e para não deixar sentir a sua depressão, condemnando o estudo a que se não póde entregar. Este estado psychologico explica-se pela biographia do snr. Anthero do Quental; em grande parte dos seus actos publicos tem apresentado esta falta de firmeza, e veio-nos forçados a alludir a isto, porque igual facto se dá agora no seu escripto das *Considerações*. Na primeira noticia sobre o Estudo do snr. Oliveira Martins, escrevia de um modo absoluto; que a critica moderna: «apparece n'esta obra póde dizer-se que *pela primeira vez applicada á litteratura e á sociedade portugueza do seculo XVI.*» Confundindo os nove volumes já publicados da *Historia da Litteratura portugueza* com a erudição fradesca de datas, nomes, edições, arvores de geração dos poetas, apresenta o livro sobre os *Lusiadas* como «uma maravilha para quem considerar a falta de precedentes n'esta ordem de estudos entre nós.» E para tornar mais assente esta prioridade ainda acrescenta: «O intimo da vida portugueza publica ou particular, *apparece ali analysado pela primeira vez.*» Para que esta ideia se incutisse na opinião publica, tornou a repetir: «*Póde dizer-se, que d'esta vez a critica litteraria... foi naturalisada na nossa litteratura.*» Era isto uma injustiça flagrante, quando o snr. Oliveira Martins tinha guisado o seu livro sobre os factos da *Vida de Gil Vicente e Sá de Miranda*, achados por nós; esta injustiça nos levou a explicarmos-nos com o sr. Anthero de Quental, que n'esse dia prometeu defender sómente o livro do snr. Oliveira Martins. As *Considerações* sobre a minha *Historia da Litteratura portugueza* não nascêram da antiga necessidade de me pagar as *palavras de justiça*, mas da indisposição que lhe deixou o dilemma de se vêr forçado diante de varias testemunhas a propôr que o julgasse como tendo procedido com leviandade. Nas *Considerações* o snr. Anthero esquece-se de que me negára quatro vezes a prioridade de fundador da historia litteraria de Portugal, e escreve com



a mais ingenua simplicidade: «*Na Historia litteraria os primeiros passos n'este caminho foram dados corajosamente por um trabalhador dotado de energia e perseverança singulares, o snr. Theophilo Braga. Podem disputar-lhe qualquer outra especie de gloria, menos esta, já não pequena, de iniciador.*» (P. 11.) Quando foi que snr. Anthero procedeu com rigor scientifico, n'esta ou n'aquella affirmação anonyma? Esta mesma vacillação apparece na *Questão de Coimbra*, em que lançou a luva aos restos da Areadia, terminando por elogiar ao snr. Castilho a traducção do drama *Canções*, pensando que falava de uma obra original. A mesma vacillação, quando na *Carta* ao marquez de Ávila lhe diz que é filho de um tal sierano da Villa, e vem depois desculpar-se com uma equívoca informação. Alludimos a estes actos que são publicos, porque já nos deram a luz para vêrmos os processos analogos na sciencia.

O snr. Anthero de Quental começa o seu escripto, definindo o que seja Philosophia da litteratura, de um modo extraordinario: «*A philosophia das Litteraturas é uma criação do nosso seculo, cujo genio, ao mesmo tempo subtil e profundo, se revela sobretudo nos estudos historicos, e a que um mixto particuliar de enthusiasmo e scepticismo, de erudição e intuição, dá uma singular facilidade para penetrar o character das varias raças, o espirito das varias idades e civilisações.*» (P. 7.) Despindo o periodo oratorio dos sens incidentes e epithetos, quer isto dizer: «*A philosophia das litteraturas é uma criação que se revela nos estudos historicos, para penetrar o character das raças e das civilisações pelo auxilio de um mixto de enthusiasmo e scepticismo, de erudição e intuição.*» O que será isto? não se rebaixará quem discute este nimbo, que se impõe como ideia? Respondermos a espiritos n'este estado não por interesse pessoal, mas para desaggravo da sciencia. Snr. Anthero, entende-se hoje, no seculo XIX, por litteratura a expressão do genio nacional, e sabe experimentalmente, que nma litteratura é tanto mais rica e original, quanto mais vigorosa é essa nacionalidade. Ora para formar uma philosophia sobre os factos vistos por este criterio, não temos mais do que attender como



uma raça teve a liberdade ou obedeceu á fatalidade, quando manifestou o seu genio nas creações sentimentaes. E' por isso que ha em todas as litteraturas um dualismo, e que é preciso ser estulto para suppôr-se que se inventam raças opprimidas todas as vezes que se procura como a *tradição* e a *aspiração* absorveram a actividade de um povo. Uma vez posta a definição do snr. Anthero de Quental, o que se poderá deduzir logicamente, aonde se poder chegar? A este doce vae-vem de phrases, não tão descuidado que se não veja o medo de se definir, a necessidade de negar em absoluto e de conceder em seguida, como um brinco de gato, que affaga e arrepele. Esta ordem de espiritos, a que o positivo Proudhon chama naturezas *femininas*, é bem conhecida pelo snr. Anthero de Quental, que ainda depois dos trinta annos é lamartiniiano e publica *Primaveras romanticas*. O homem que pensa, embora debil como Spinoza, adquire validez e energia; a ideia torna-se o seu nervo e é da ideia que elle se alimenta, que lhe dá a sua clareza, a sua sublimidade, o seu esplendor. Que quer pois dizer essa phrase desdenhosa e quasi obscena no seculo dos Grimm e dos Diez, com que condemnna os trabalhos iniciadores da nossa historia litteraria, com innocentes reticencias: «*e algum máo estylo...*» (P. 11.) Nunca teve estylo Christovam Colombo, e a impressão immediata da America fel-o descobrir na prosa impensada das suas *Cartas* as mais inculculaveis bellezas da linguagem; nunca tiveram estylo os marinheiros que escapavam dos naufragios dos galeões da India, e nunca houve estylista que escrevesse como uma pagina da *Historia tragico-maritima*. Nunca tiveram estylo Trenck, a Religiosa portugueza, os Chronistas da idade media, e não ha linguagem mais pittoresca, mais espontanea, mais viva, mais sentida, mais em contacto com a verdade, do que a d'estes pobres que têm do vez em quando «*algum máo estylo...*» Isto faz piedade, por vêr até que ponto um velho preconceito dos rhetoricos ainda transpira n'este seculo da critica. Um dia os Rhetoricos foram póstos fóra de Roma, hoje os rhetoricos estão póstos fóra da sciencia. Como póde trabalhar-se para definir a ideia, dar o seu equivalente na palavra, expôr com dedueção, des-



envolver, fazer surgir a verdade da fórmula que se condensam dos factos, e ao mesmo tempo estudar o rythmo dos periodos, animal-os com breves incidentes, matisal-os com alguns adjectivos, e procurar a amenidade? A natureza é severa com os seus filhos: o pensador, o que serve a ideia, attinge por vezes a sublimidade da linguagem, como vemos em Kant, descrevendo as operações do espirito na *Crítica da Razão pura*; mas o onanista do estylo, esse não tem coherencia, é como um molho que acirra o paladar sem lhe dar alimento, é um meio que não passou de si mesmo, e que deixa no espirito do que estuda esse tédio que fez dizer: *Words, words, words!* O sr. Anthero achou-se estylista, n'esta terra dos artigos de fundo e dos neologismos, dispensou-se de estudar, e acoina os que estudam de «*algum máo estylo...*»

Ninguém precisa de defender-se de um homem n'estas circumstancias; basta só sondar o estado do seu espirito, o mostrar a incompetencia. Não haverá cinco mezes, considerava o sr. Anthero de Quental, as litteraturas como a realisação do ideal, d'onde resultava o admittir como typo o classicismo e rejeitar as litteraturas da idade media, a que ligava a importancia de *documentos*. Aí está o auctor da *Theoria da Conjugação*, que, como eu, o onvin sustentar este simulacro de ideia, e que o vin acerrimo propugnador da *Esthetica absoluta*, formada fóra e independente das creações artisticas. Atacámo-lo com raciocínios, com factos positivos; mas o sr. Anthero de Quental, como estes esgrimidores que vão recuando sempre, batido em uma theoria improvisava outra theoria, especie de tinta de polvo, com que turva a agua para se esconder. Mas, o mais jocoso agora é vêr o sr. Quental adoptar como sua a nossa ideia, com que sustentamos não haver litteraturas imperfeitas: «Uma poetica tão estreita quanto inflexivel, media tudo, as produções de povos e tempos os mais diversos por uma unica bitola, o *gosto*, e dominada pela producção fanaticia do *classico*, bania da historia épocas e raças inteiras, condemnadas como barbaras, ineultas e *rudes*. O que ha do mais caracteristico e muitas vezes de mais profundo na obra de arte ficava d'este modo perdido para a critica, era desprezado em nome d'um ideal



de perfeição uniforme, em grande parte convencional, e em todo o caso abstracto e, por isso, irrealisavel.» (P. 8.)

Mas, snr. Anthero, estamos como so á saída do um theatro eu visse o meu casaco nos seus hombros. O que era a sua *Esthetica absoluta*, senão aquillo que agora condemna quasi com as minhas palavras? Depois de uma morte moral que houve entre nós ambos, eu escrevi a *Theoria da Historia da Litteratura portugueza*, e alludindo á sua pessoa, fallei nas: «syntheses de gabinete, propensas sempre a formar *estheticas á priori*.» (P. 8.) E mais adiante: «Na classificação das famas litterarias, os philosophos da arte, mesmo os que se têm elevado ás mais altas abstracções, como Hegel, partem sempre do criterio *historico*.» (P. 19.) O snr. Anthero, abandonando inconscientemente o seu improvisado systema, calca sobre as minhas palavras: «Sabemos hoje que a esthetica sob pena do se excluir systematicamente da realidade, não póde ser *absoluta*...» A essa parte immutavel a que se chama leis logicas do espirito, dá-nos a novidade de que existem como lei fundamental ou estatica. Mas vejamos o plagiato palpavel. Dissemos na *Theoria da Historia*: «Nenhuma forma de arte se cria por mera curiosidade; correspondem sempro a um estado do espirito, á manifestação do uma necessidade sentimental.» (*Ob. cit.*, p. 19.)

Repte depois o snr. Anthero de Quental, deixando as palavras de *algum mau estylo*...; «A historia litteraria deixou de ser uma curiosidade: appareceu como uma realidade cheia de vida e de expressão. Correspondendo a uma ordem de phenomenos distinctos e importantissimos tornam-se objecto de uma sciencia...» (P. 9.) E é este homem acrio, que nada sabe, que affecta sciencia com o que forrageou pela *Historia da Litteratura portugueza*, que tem a falta de pudor para dizer que ha n'esses trabalhos «uma certa confusão e a adopção quasi *sur parole*, dos systemas estrangeiros...» (P. 11.)

Seja mna prova de humanidade o disentil-o: o que é esto *sur parole*? é adoptar por *ipse dixit*, por auctoridade por incapacidade quasi de comprehender. E que *systemas estrangeiros* são esses? o adoptados sem os comprehender? As *Considerações* do snr. Anthero de Quental indicam alguns d'esses



systemas; a asserção absoluta funda-se sobre a parodia de Taine, que tão rasinhamente o snr. Martins quiz vêr, condemnando tambem o principio de Schlegel, que não comprehende porque nunca leu. Mas o snr. Authero, que só ha poucos mezes é que se congrassou com as letras, plagia o sur. Oliveira, seu contubernal, elamaudo tambem ao principio de Schlegel *incompleto*! Vamos, por uma transcripção vêr o que o snr. Authero sabe d'isto; condemnando os meus processos elimerieos, systematicos, dogmaticos, inflexiveis, sem ductilidade nem elasticidade, diz: «*Seguindo Schlegel e a eschola romantica allemã de principio d'este seculo, tomou uma theoria incompleta e de uma applicação mui particular por um principio universal, applicavel a todas as litteraturas, e fez d'ella o molde em que a litteratura portugueza devia entrar coúte qui coúte*. Sabe-se que aquella eschola considerava a litteratura, juntamente com todas as ontras fórmias, direito, arte, etc... como a expressão genuína do *genio da raça*, subordinando a nacionalidade, em todas as suas manifestações, a um ponto de vista puramente ethnologico.» (P. 13.) E depois de resumir o que só conhece por alguns dos meus livros, conclue triumphantemente por esta affirmuação: «*Quem não vê o que ha de falso n'esta these, apresentada assim de uma maneira absoluta*.» (P. 14.) Pobre estado de espirito que faz sciencia de falsas miragens, sem notar as contradicções em que se abysma. Depois de admittir a importancia das *raças* na litteratura, como vem agora condemnar Schlegel? E particularisando o principio ás litteraturas neo-latinas, da idade media, não estará tambem a portugueza dentro da mesma lei de formação? Em que ha forçal-a *coúte qui coúte*.

Bem se vê que o snr. Authero desconhece o problema da formação das linguas romanicas pela importancia dos dialectos populares, e dizendo que a fórmula de Schlegel é uma ideia da eschola romantica allemã *do começo d'este seculo*, desconhece o seu vigor actual, manifestado nas disvelladas investigações e estudos philologicos sobre as Canções de Gesta que se procuram pelas livrarias manuscriptas da Europa. Como se não riria Gaston Paris ou Paul Meyer, d'este homem que, para condemnar alguma cousa, se atiron contra



uma d'estas verdades que constituem o fundo inabalavel da historia! É a isto que chama *systema estrangeiro*, acceitado *sur parole*; toda esta grande sciencia medieval, da França, da Italia, de Inglaterra, assombrosa e positiva nos seus resultados para a historia, é uma falsidade, porque se funda em uma verdade de principio, a que o snr. Anthier chama *systema estrangeiro*. E quem o acceitou *sur parole*? o que trabalhou ou o que devaneou? De absurdo só se derivam absurdos; o auctor das *Considerações* chama a essa ideia que Hegel introduziu na philosophia da historia, revelando a acção da influencia *germanica* no mundo moderno, theoria romantica da Allemanha do principio d'este seculo! Que enormidade, quando diz pedantescamente: «Que significa pois essa *pseudo-eschola*, que em nome de não sei que sonhada decadencia das raças latinas, deprime systematicamente quanto teve ou tem o nome de portuguez e nos aponta o ideal de um messianico *germanismo* (que nem talvez saiba definir), de uma absurda supremacia das raças germanicas, como a unica salvação possivel?» (P. 36.) O parenthesis depois de *germanismo* é de uma graça inaleculavel; todo este periodo ultrapassa os limites da obsecção. Vejamos como entrou a ideia da acção *germanica* na historia, se ella é um messianismo, ou se por ventura se pôde eliminar sem que certos periodos da civilisação se tornem incompreensíveis. Quando no seculo XVI os historiadores francezes iam proeurar a origem da sua nacionalidade nos fugitivos de Troya, houve um juriseconsulto, que, pelo conhecimento do direito foi levado a determinar as origens germanicas da nação franceza. Foi este o celebre Hotman, e o seu livro, respeitado ainda hoje como um primeiro passo na sciencia, intitula-se *Franco-Gallia*; seguiu-se o livro de Adriano de Valois, *Gestas dos antigos Frankos*, em 1646; só em 1714, é que Freret, ainda com a audacia da juventude, mas já com toda a segurança do methodo, fortaleceu estas bases germanicas da nacionalidade franceza. Os velhos academicos, que julgavam nobilitar a sua historia derivando-a dos descendentes de Priamo, ou fazendo dos Frankos um ramo dos Gaulezes, entenderam que a ideia germanica era um crime contra o patriotismo, e influíram para que Freret fosse preso, al-



cançando do poder absoluto uma carta de prego para encerrarem o joven erudito na Bastilha. Como os sentimentos da ignorancia se encontram! O snr. Quental, como os academicos do principio do seculo XVIII, tambem me accusa de falta de patriotismo, por ter determinado a origem *germanica* dos Foraes e Romanceiros, por ter provado que o Mosarabe era constituido pelo Godo-lite! Não pede a minha prisão, mas vence a sua repugnancia elogiando um homem que despreza, pelo «caracter eminentemente nacional e *patriotico* da sua critica.» (P. 35.) «Um largo *patriotismo* é perfeitamente compativel com a imparcialidade da critica no estudo dos nossos poetas, dos nossos escriptores, durante seiscentos annos, que não foram sem gloria nem originalidade.» (Ib.) Manes de Frei Bernardo de Brito, regosijae-vos; renasee a lenda de Ulysses, de Diomedes, de Elysa e de Tubal; sem Ulysses não se póde comprehender o poema de Gabriel Pereira do Castro, nem as odês de Diniz. O snr. Anthero annulla de repente todos os trabalhos da historia como a critica o seculo XIX: «Vou mais longe. Direi, que esse largo e justo sentimento patriotico é até indispensavel para bem comprehender o que houve n'esto povo, na sua vida agitada, dramatica, heroica, a sua alma, a sua realidade moral.» (P. 35.) Alegrae-vos Côrtes de Lamego, por que estas palavras vos restitnem á verdade, que vos tinha tirado uma philologia sem patriotismo; milagre de Onrique, doações forjadas pelos falsificadores Higuera ou Brito, encontrastes o vosso homem. O snr. Anthero não queria de certo cair n'este ridiculo. Mas esta ideia *germanica*, na historia de França levou á reabilitação do terceiro estado, facto inexplicavel, desconhecida esta lucta dos historiadores. O que na historia de França era um facto particuliar, foi descoberto por Hegel em 1830, na civilisação da Europa, quando baseou a sua philosophia da historia nas luctas da liberdade contra a auctoridade, e viu que auctoridade e a fatalidade dominando a liberdade caracterisam a civilisação oriental; que o equilibrio d'estas duas forças constituem a civilisação greeco-romana; e que o predominio da liberdade e do individualismo são o resultado da civilisação *germanica*. Poderá chamar-se a isto ideia mys-



tica, messianismo? Como explica o snr. Anthero a liberdade da consciencia sem a Reforma partindo da Allemanha? como explica a origem da burguezia, do tereiro estado, das cartas communaes, das fórmas epicas medievaes, da sanctificação da mulher, da livre ereação do sentimento no romantismo, sem a influencia germanica?

Diz-nos que a raça latina representa a *Revolução*; mas se não fosse a Reforma não se tinha quebrado a unidade do catholicismo, e por consequencia esse ideal absurdo da Monarchia universal, que se oppunha á manifestação das nacionalidades. Quem creou esse ontro abysmo da politica moderna, chamado — grandes nacionalidades — senão um ramo latino, a França?

Por não comprehender isto, ou por querer ser á força patriota, é que corôa o sen escripto com este disparate, que prova não ter a sciencia nada a esperar d'este homem: «Ha um *genio latino* como ha um *genio germanico*. A historia o revela: e, quando a historia fosse muda, a nossa consciencia bradaria sempre, dando-lhe o seu nome. E' a *Revolução*. E' este o pensamento secular das raças *latinas*: a revolução moral, politica e social.» (P. 37.) O snr. Anthero não prova. Quaes são os factos d'essa *Revolução*? Vejamos: a liberdade da consciencia contra o eanonismo *romano*; a independencia burguezia contra o eolonato adscripticio *romano*; o direito pessoal, contra o direito territorial *romano*; a apothese da mulher contra a condemnação dos moralistas catholicos; as linguas vulgares contra o exelusivo uso da lingua latina; a espontaneidade do sentimento na arte contra os modelos classicos dos gregos e *romanos*. Todos estes factos saem das bases do snr. Anthero, mas ao contrario do que elle queria dizer! Porque serão estas vacillações? vêm-lhe da ultima impressão da leitura da Revista dos Cursos litterarios de França, aonde o compendiador Demogeot está possuido de patriotismo catando a litteratura franceza de todas as origens germanicas. Além d'estas provas de insciencia, o snr. Anthero fala em *raças latinas*, sem saber que diz um absurdo historico; as nações que receberam o nome de *latinas*, italianos, francezes, hespanhoes, portuguezes, não têm origem

*



latina. As raças germanicas Godos, Vandalos, Suevos, fixaram-se na península hispanica; os Ostrogodos, os Lombardos na Italia; os Frankos, os Borguinhões em França. As raças germanicas avassalavam pelo seu numero e pela sua força moral e material; Roma dominava apenas pelo vinculo juridico de uma forte organização administrativa. Quem deu o elemento antropologico para constituir a raça? Banir a acção *germanica* da civilisação do sul da Europa, é uma audacia que só tem os espiritos em estado de syncretismo; julgar o *Mosarabe* uma raça inventada, só o ousa quem reduz a historia a phantasmagorias; não saber explicar o character *germanico* ao norte do Mondego, é ignorar que n'essa zona se fixou o Suevo, que tambem tinha a sua classe serva. E o snr. Anthero não se pêja de me dizer, que fuja das «regiões perigosas da synthese e da philosophia, onde a imaginação e o sentimento, essas fadas encantadoras se transformam muitas vezes em perfidas ondinas e sereias, para mal de quem as segue com muita candida confiança.» (P. 21.) As *Considerações* etc., revelam um espirito costumado á digressão, que substitue a logica pelo capricho, o resultado pela impressão. Eis o que se lê e que logo se contradiz: «Ha todavia, lados verdadeiramente solidos nas obras do snr. Theophilo Braga. O seu talento é muito mais analytico do que generalizador; d'aqui a *inferioridade relativa* das suas apreciações philosophicas *comparadas* com os seus trabalhos propriamente criticos.» (P. 12.) O snr. A. do Quental não me nega as faculdades philosophicas; comparando-as com as faculdades criticas acha-as relativamente secundarias. Mas não será isto uma consequencia da natureza do trabalho, que exige mais o esforço da critica? e que outra cousa é esta senão um processo philosophico? Como se poderá fazer a historia litteraria de uma nação com generalisações, sem discutir a authenticidade e a importancia dos factos? O snr. Anthero queria negar alguma qualidade; era preciso deprimir alguma feição, e não se contentando de me ter classificado em uma mediania philosophica, contradiz-se afirmando em absoluto, o que linhas antes propozera como termo relativo: «O lado inferior e fragil, a meu vêr, são as theorias geraes,



a parte philosophica. Sente-se que não é essa a vocação do talento do sr. Theophilo Braga.» (P. 13.) A philosophia não é uma cousa que se faz a bel prazer como um embreehado de eclecticos; a philosophia é uma conclusão superior que so tira dos factos, independente da vontade do quem os expõe; a obrigação do bom historiador está em não dar juizos geraes impondo-os ao leitor, mas em apresentar os factos de modo que o que os lê faça a mesma operação philosophica que dirigiu o espirito do historiador. Isto é que é a lealdade scientifica; estes são os trabalhos que instruem, e que dão a consciencia de que se comprehende. A philosophia é a vida, está implicita, manifesta-se mas não se palpa. Tal é a justa proporção em que ella entra no trabalho historico.

1.859
Vejamos agora que sentimentos levaram o sr. Quental a vencer a sua habitual inercia, para vir fazer a critica da *Historia da Litteratura portugueza* e do seu auctor. Se a sua critica tivesse por fim servir a sciencia procedia de outro modo: em primeiro logar, quando apparecesse algum volume dos onze já publicados d'essa obra, iria indicando os defeitos do methodo, as aberrações do auctor, os pontos de vista que precisavam de desenvolvimento, as contradicções, tudo o que levasse o homem que trabalha a approximar-se mais facilmente da verdade. Mas o sr. Anthero e os seus solidarios calaram as suas palavras de justiça para virem condemnar, quando o nucleo fundamental da obra estava já publicado. E' porque diante da geração nulla, de que o auctor das *Considerações* é o corypheu, essa obra tornava-se um pezadello, um encominado, uma condemnação dos improvisadores. De mais, se não é do genio dos *Mosarabes* que devia ter saído uma forte litteratura nacional portugueza, mas se isto que deixaram quinhentistas é a manifestação esplendida do genio romano, pôde-se por ventura annullar o primeiro problema, provado á saiedade em onze volumes com perto de *tres mil e quinhentas paginas*, dizendo em vagas affirmações de trez folhetins, que os romanos é que nos deram civilisação? E' preciso que se passem no cerebro d'estes autolatrás gratissimas illusões da sua personalidade. Veja como procede o trabalho scientifico: Ottfried Müller escreveu largamente, que

a civilisação grega provinha do elemento *Dorico*; esta ideia apesar de estribada em uma lueida erudição, encontrou contradictores, que a combateram, não em artiguinhos de jornal, não em phrases vagas, mas em egnaes processos. Ernesto Curtius fez-se o campeão do elemento *Jonico* da civilisação grega, não com dogmatismos inconsistentes, mas explorando as fontes originaes, viajaudo tambem, professando, esclareecendo com nova luz os factos. Nas luctas a esta altura quem lucra? a sciencia. Entre nós, e commosco ha tudo a perder, começando pela moralidade.

Nas suas *Considerações*, o sr. Quental descobre, sem o querer, um dos motivos que o fizeram escrever contra a *Historia da litteratura portugueza*. Falando dos eruditos areadicos á José Liberato ou Costa e Silva, diz: «E' verdade que o gosto, saeudido no seu somno secular por mãos juvenis, teve de abandonar as vestes antigas e compromettedoras do *classico* e de se fazer, ou deixar que o fizessem, *romantico*. Era já um grande passo, confessemol-o: simplesmente, este primeiro passo, timido ainda, obrigava a dar um segundo e mais decisivo — e esse é que se não deu.» (P. 10.)

Quer isto dizer: que em 1865 foi a conhecida *Questão de Coimbra*, em quo provoquei o sr. Anthero a escrever contra os apodos dos arcades posthumos, o em que tambem entrei em dissidencia com as *theocracias litterarias*. Nos ataques que ehooveram então contra nós, accusaram-nos de *destruirmos* e não *edificarmos*. Eramós novos, e a acensação empenhava-nos ao trabalho serio. Que fez o sr. Anthero de Quental? affectou uma profunda despreoocupação litteraria, á Paulo Luiz Conrier, calou-se, não *deu o segundo passo*. No emtanto en continuci a demolir o lyrismo pessoal com o plano da *Visão dos Tempos*, explorei a quasi totalidade dos cantos populares portuguezes, das nossas tradições epicas da vida provincial no *Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez*, e vim introduzir o espirito philosophico e os modernos processos da critica na *Historia da Litteratura portugueza*. Foi este o meu *segundo passo*, luetando com a imprensa munda, e com a bestial pedagogia dos nossos estabelecimentos scientificos. Como o sr. Anthero nada fez, e se contentou em ser socialista di-



letante, convem-lhe para credito seu anullar, negar o que está feito, negar esse continuado impulso que sustentei depois da lucta da *Questão de Coimbra*. Depois d'esta renovação historica, apparecem um outro obreiro, que levou a revolução para o campo da Philologia portugueza, o snr. F. Adolpho Coelho, que tambem deu o *segundo passo*, que o snr. Anthero deseonheee. Não são os homens inertes que julgam os que trabalham; a intelligencia não reconhece esta nova fôrma do direito divino.

Ha ainda um outro motivo que levou o snr. Anthero do Quental a falar d'aquillo que não sabe. Enquanto o auctor das *Considerações* esteve livre de influencias malignas, fóra do Porto e do noticiario do *Primeiro de Janeiro*, escrevia-me, pedindo o meu nome para as Conferencias democraticas: «*O Theophilo conhece o estado de miseria intellectual d'esta nossa terra, e é um dos que mais a lastima, sendo até certo ponto uma victima illustre d'ella.*» Como demonstrámos pelas vacillações dos seus actos, o snr. A. de Quental, assimila *sur parole* todas as opiniões que lhe ineudem, e deixa-se dominar pelos amigos; a sua mudança de opinião a nosso respeito e sobre a *Historia da Litteratura portugueza*, data desde a sua vinda para o Porto e desde que vive em contacto com o localista de um jornal de dez reis, que se conhece pela terminologia de *canhestro*, *enxovado*, *esmearilhar*, etc. A não ser assim o snr. Anthero não teria escolhido a occasião de publicar os seus folhetins, quando eu estava para ser julgado por um jury, sob a pressão de influencias academicas, politicas, catholicas e cesaristas. Fez-me pena este acto em uma occasião tão perigosa; não quiz penetrar-lhe a intenção, outros a deseortinaram, pelo que li em um jornal de Lisboa: «O snr. Anthero de Quental devêra escolher mais opportuno ensejo para falar desfavoravelmente do auctor da *Historia Litteraria*. O facto de vir á luz a sua apreciação no momento em que Theophilo Braga concorria á cadeira do Curso Superior de Letras produziu uma desagradavel impressão nos homens desapaixonados.» Um parasita que passeia em Lisboa, e que escreve como redactor de jornaes, andava eom a critica do snr. Anthero a recommendal-a aos amigos, para assim con-



traminar a opinião publica que me indigitava para o magisterio. Depois do concurso apparecia no *Jornal da Noite*, n.º 461, esta confissão: «Tinhamos desejo de transerever n'esta folha aquelles folhetins, inas... n'essa occasião estava pendente a decisão do concurso para a Cadeira do Curso Superior de Letras, e a transcrição *podia ser alcunhada de parcial na parte relativa a um dos candidatos.*» A parcialidade revelou-se agora no elogio formal ao patriotismo da These de um dos concorrentes, pelo snr. Anthero. (P. 33 a 38.) Tudo pequeno; na Advertencia das *Considerações*, se repete que ellas se reimprimem por voto «*de algumas pessoas de gosto.*» Que pessoas... um companheiro de noticiario e de casa, que vem revelar o segredo de como se deve entender este escripto, talvez por saber o espirito com que o inspirou: «*Saibamos lêr e olhar através d'aquelles véos delicados e encontraremos a substancia* do que levamos dito com mais franqueza.» (1) E o que essa franqueza encerra é simplesmente isto: «Erudito canhestro, sem alteza de ideias, nem relevo de phrase, grão mestre em tautologias, esmóe quatro magras e cerebrinas ideias n'umas cantilenas de realejo, e eis tudo!» (2) Aqui acaba a seriedade; o noticiarista exprime esta bilis sob a pressão do meu desprezo, desde que o ouvi em 1862 definir-se — *Eu sou um raio do sol encarnado em uma alma de mulher.* Chama-me, no auge da sua colera impotente, triste figura, sem se lembrar que a natureza se o fez aleijado, não o fez tão máo como a sua vaidade. A anonyma vareja que escreveu no citado jornal a glorificação das *Considerações* do snr. Anthero de Quental, no estylo que acima fica, faz lembrar o heroe de Le Sage, regosijando-se com a diabrura que provocou. Desde o momento que o movel das acções tem d'estas origens, acabou tudo; para que descer ao barathro dos escuros ressentimentos, se lá se não póde encontrar a verdade?

(1) O snr. A. de Quental reconheceu tacitamente este commentario, por que até hoje o não repelliu.

(2) *Primeiro de Janeiro*, n.º 148.



§ 3.º — O snr. Pinheiro Chagas, e o DESENVOLVIMENTO
DA LITTERATURA PORTUGUEZA

Nunea tive relações com este polygrapho lisboiense; soube que me elogiou em tres folhetins, que conspureou por algum tempo o meu trabalho, que procurou fazer-me passar por nebuloso, symbolico e mythico, que me caracterisou como *refusé* da litteratura e que se calou a final, quando se estabeleceu contra mim a *conspiração do silencio*. Quando cheguei a Lisboa para o concurso da cadeira de Litteraturas modernas do Curso Superior de Letras, um contemporaneo da Universidade pediu-me de chofre para satisfazer o desejo do snr. Pinheiro Chagas, que queria ser-me apresentado. Estávamos moralmente tão separados, tínhamos repugnancias de tendencias, que era inutil esse acto de apparente sociabilidade; no entanto a logiea soffreu com a cortezia. Disse-me então o snr. Pinheiro Chagas, que ia eserever para these do concurso uma *refutação* da minha *Historia da Litteratura portugueza*, cujos principios eu havia exposto succintamente em uma Dissertação para essas provas publicas. Não querendo dizer-lhe que era inconveniente o momento, avisei-o só dos perigos; a inconveniencia conheceu-a o meu concorrente tacitamente na sua These, nunca citando o meu nome nem a obra, bastando-lhe só as phrases de *illustre auctor da theoria do mosa-rabismo*; os perigos foram-lhe duramente revelados no dia da argumentação, em que as affirmações geraes se acharam despidas de fundamento.

Quando li a these *Desenvolvimento da Litteratura portugueza*, conheci que o snr. Pinheiro Chagas passára, não sem algum proveito, com os olhos pelos onze volumes da minha *Historia*; vi que me contradizia para aproveitar a sciencia das compilações recentes para uma empreza de historia de Portugal que fizera; e que todos os factos novos do que se apossára no curto espaço de tempo que tinha a dispôr, ficaram no seu espirito em um estado syneretico, incoherente e cahotico. Bastava para o acreditar assim o lêr os applausos do snr. Anthero de Quental, que se dá os parabens por concordar com o seu «modo de vêr tão lucido e tão realmente



portuguez; sem nunca por isso deixar de ser scientifico, e em communhão de vistas com um espirito tão gentil e tão cultivado.» (P. 34.) O sr. Quental tem estas ineongruencias; semanas antes ria-se do sr. Chagas por nunca haver lido Proudhon com medo do socialismo e da dialectica d'esse pensador. O syncrétismo é uma faculdade poderosa; o sr. Quental affirma que a nação portugueza é uma «creação da politica e não da natureza, das instituições e não da raça,» (P. 16.) e concorda com o modo de vêr tão lucido do sr. Chagas, que affirma o contrario, dizendo que o portuguez «deve á sua posição geographica, á energia dos seus membros, as condições de existencia nacional.» (*These*, p. 7.) Aqui está o que é um modo de vêr tão realmento portuguez sem nunca por isso deixar de ser scientifico.

A *These* ou *refutação* do sr. Chagas divide-se em oito pequenos capitulos: 1.º da raça; 2.º da cultura classica; 3.º das tradições poeticas; 4.º da poesia provençal; 5.º da prosa; 6.º da erudição, novellas e theatro; 7.º de Camões; 8.º as conclusões. Quanto á raça, fala-nos da familia *hispanica*, sem dizer o que seja, sem saber que a vida historica da Peninsula começou com o dominio romano, e sem notar que o colonato romano era constituido por hordas errantes germanicas que se submettiam aos privilegios d'esta administração. Para mostrar que o mosarabe não é godo-lite, oppõe o facto da lingua portugueza, sem vêr que o latim rustico prova a existencia de povoações extranhas que adoptaram a terminologia latina da agricultura, do direito e da sumptuaria. E em seguida affirma que «a admissão d'essa theoria apagava todas as conquistas da sciencia moderna, destruia a importancia historica dos estudos philologicos.» (P. 8.) Vê-se que ainda está no ponto em que se julga o portuguez como uma corrupção do latim. E n'esta vacillação, chega a negar ás raças germanicas o genio da liberdade e do individualismo. (P. 9.) Duvida da existencia do mosarabe, por não ser bastante numeroso para se substituir á população hispano-romana; os codigos e fórmulas administrativas romanas não provam existencia de populações romanas na Peninsula além dos funcionarios o de algumas familias, que os man-



tinham. Mas n'estas vagas affirmações transpira claramente a falta de estudo, como n'este facto capital: «O que ha portanto de germanico na legislação e no *symbolismo juridico* de Portugal e Hespanha, devemos attribui-lo ao *Fuero-juzgo*, e não ás tradições da população mosarabe.» (P. 12.) O *Fuero-juzgo* é uma traducção das leis wisigothicas, e o codigo wisigothico só tem a compensação a dinheiro e nenhum outro symbolo d'essas centenas d'elles que apparecem nas Cartas de foral. Mas o snr. Chagas torna a affirmar: «As tradições gerinicas, encontradas no *symbolismo juridico portuguez* e hespanhol, claramente se vê que não entraram n'elle, senão pelo *Codigo Wisigothico*.» (P. 23.) O snr Chagas nunca viu o Codigo Wisigothico, nem leu em nenhuma historia de direito tamanha monstruosidade; o Codigo Wisigothico é uma imitação do Codigo Theodosiano, que não tem symbolos. Não será um espectaculo triste estar dissentindo com quem desconhece a alta probidade da sciencia? Só para contraditar, o snr. Chagas duvida que sejam germanicos os symbolos conservados nos Romanceiros populares, que se repetem nos Foraes, e que tem paradigmas nos Codigos Barbaros. E o que são esses *bardos iberos*, creadores dos romances peninsulares, romances com *metrificação* arabe e com *forma* de cantilenas germanicas?! E para provar a existencia de cantares epicos no tempo de Affonso Henriques, cita uma quadra do livreiro Pedro de Flores, sem saber que todos estes romances, que vieram a formar a quarta, quinta e sexta parte do *Romancero general*, representam, segundo D. Agustin Duran, o romance tal como foi usado nas duas ultimas decadas do seculo XVI, isto é, a nova face artistica que tomaram obedecendo ao gosto italiano e a um subjectivismo proprio de lyrismo pessoal. O snr. Chagas tambem não sabe como o Breviario de Braga podia ser mosarabe: «Tinhamos então o mosarabismo florescente ao norte do Douro? Era Braga um dos seus principaes focos, Braga reconquistada tão cedo sobre os Mouros por D. Affonso I, neto de Pelayo? Os factos revoltam-se contra as phantasticas theorias que não podem senão basear-se em vagas conjecturas.» (P. 27.) Aonde a intelligencia dos factos, para esta conclusão abso-



luta? se o snr. Chagas tivesse tempo para estudar e conhecer que Toledo era tida como a unica igreja em que se conservou depois da invasão arabe o christianismo, e que a Sé de Braga disputava a Toledo as regalias de igreja *primaz das Hespanhas*, titulo que ainda hoje se arroga, explicaria logo como se introduziu no rito a disciplina mosarabe, para fundamentar esse primado.

O snr. Chagas não precisa de factos para fazer historia, ou melhor não precisa entendel-os; contra a auctoridade de Santillana, não quer que a poesia provençal entrasse na Península pela Galiza: «Attribuir á Galiza uma influencia preponderante, parece-me, querer á viva força, e contra toda a verosimilhança, tirar a Portugal qualquer iniciativa litteraria. A poesia provençal, poesia de côrte, não ía procurar de certo uma provincia sem independencia, quando tinha bem proximo um paiz constituido, uma côrte cujos soberanos descendiam dos principes francezes.» (P. 29) Aqui está outra vez o resultado do syncretismo; confunde as épocas, não sabe da vida independente da Galiza, dentro da Aquitania, d'onde era a principal eschola dos trovadores que tambem communicavam com a Italia, nem das romagens a San Thiago, nem da necessidade dos portos de mar; mas apesar de tudo, prosegue no systema da affirmação vaga: «o foco da cultura litteraria estava incontestavelmente em Portugal.» (Ib.) Um *parce-me* vacillante leva á conclusão dogmatica de um *incontestavelmente*. E tudo o mais assim; sobre isto escreve o snr. Anthero de Quental: «Desejo porém dar relevo a um ponto, por onde a *These* do snr. Pinheiro Chagas, particularmente me impressionou. E' o caracter eminentemente nacional e... patriotico da sua critica.» (*Cons.*, p. 35.) Isto basta para caracterisar esta nova geração, a que o auctor das *Primaveras romanticas*, só lhe acha «no rosto uma pallidez de mau agouro...» (P. 33.) Infelizmente ha mais do que pallidez, ha a desorganisação precoce dos pomos do Asphaltite. O que aí fica mostra o valor da primeira e da segunda conclusão da *These* do snr. Pinheiro Chagas; a terceira, quarta, quinta e sexta, são apresentadas como resultado da refutação da minha *Historia da Litteratura portugueza*,



quando são esses os mesmos resultados a que, primeiro do que ninguém, cheguei n'essa obra. E' preciso fiarem-se muito na ignorancia do publico, ou na sua indifferença pelos trabalhos seientificos, para deixarem de si estes documentos de ineapacidade intellectual. Ao tirar os consecutarios moraes d'este processo, cae-me a penna da mão, para não dizer tudo. Substituâmol-os por conclusões de doutrina, condensando aqui as respostas aos que me accusam de não fundamentar a *Historia da Litteratura portugueza* no elemento latino.

Fazer a historia de uina litteratura, é tomar conhecimento das origens e das formas mais conscientes da civilisação; por isso este trabalho só póde começar desde o momento em que um povo entron no seu periodo de actividade historica. Para a Peninsula, a historia começa propriamente no dominio romano; mas poder-se-ha com verdadeiro criterio dar principio ao estudo das Litteraturas da Peninsula pela cultura romana? Não; porque os Romanos, mesmo nos seculos de maior esplendor, nunca tiveram uma litteratura original e nacional, e as modernas litteraturas peninsulares apresentaram nos seus primeiros monumentos um espirito que não é romano, e que se atrophiou em quanto á sua espontaneidade fecunda, quando mais tarde as approximaram artificialmente d'esse typo. E' por isso que Hallam diz: «A Historia de Hespanha, durante a idade media, deveria começar pela dynastia dos Wisigodos.» (1) Mas o sur. P. Chagas quer por força que a civilisação da Peninsula se derive de uma pretendida raça *hispano-romana*. Vejamos os elementos que encerra esta designação: o fundo primario da Peninsula é formado pelos Celtas; as investigações sobre este ramo de uma grande raça inconsistente e desmembrada aproveitam unieamente ao ethnologo; o historiador litterario não vê n'ella caracteristico algum, porque achando-se um fundo celtico na Italia, em França e na Irlanda, qualquer vislumbre ou reflexo do genio celtico nas litteraturas da Peninsula explica-se por uma conexão historica immediata, pela com-

(1) *Europa na idade media*, t. 1, p. 317.



municiação recente com as litteraturas d'estes povos. O elemento *Celtibero* não existiu, é uma consequencia de um erro historico; Celtibero era o Celta das proximidades do rio Ebro; segundo uma carta de Koek, no seu *Tableau des Revolutions de l'Europe*, o Ebro foi durante muito tempo o limite do lado da Hespanha. E o snr. A. de Quental, ainda a fazer estylo com o *sangue ibero!* (P. 18.) Fenieios e Carthaginezes, vieram á Península como exploradores e não como habitantes, e o que elles cá deixaram da sua civilisação semitica recebem uma revolução profunda com a invasão arabe. O que havia na Península capaz de comprehender e receber a civilisação romana ia para Roma, como acontecen com Marcial, Seneca e Lucano, e como se vê com a litteratura sagrada dos primeiros seculos da Igreja. Os Romanos da Península continuaram desesperadamente a lucta contra os Carthaginezes na Africa, e só quando o Christianismo entrou na Península, vindo da Africa, é que trouxe em si essa civilisação romana que assimilára. Póde comprehender-se este phenomeno com um analogo que se deu no seculo XVI, com a renascença da tragedia grega, pela imitação através dos exemplares latinos. Era da Africa que se reflectia na Península o brilhantismo da litteratura de Roma, que consistia principalmente em Rhetorios. Que ha aqui a procurar para as origens de litteraturas novas, nascidas em outro meio soeial e em épocas em que o romano só tinha entidade moral e abstracta nos privilegios juridicos? Resulta d'aqui o não poder admittir-se a designação de *hispano-romano*, para attribuir-lhe factos litterarios.

Vejamos tambem a pureza e força do elemento romano, para vêr se se lhe podem attribuir as origens litterarias da Península, como querem os tres criticos. Os Romanos não tinham legiões para fixarem as suas conquistas; empregavam os privilegios juridicos para assimilarem a si os habitantes preexistentes, ou chamarem de fóra novos colonos. Eis um facto importante, contado por Jornandes, que abona esta ultima asserção: «Os *Wisigodos*, depois de longas reflexões, *enviaram de commun accordo embaixadores á Romania*, para o imperador Valente, irmão do imperador Valentinia-



no o antigo, *pedindo-lhe de lhes ceder para a cultivar*, uma parte da Thracia e da Mesia, *com esta condição de se submeterem ás suas leis.*» (1) Por isto se vê, que antes das invasões germanicas, já o colonato romano, que era a sua principal fôrma de fixar as conquistas, era constituído por tribus germanicas. E só assim é que se pôde explicar o facto que se deu na queda do Imperio, que Guizot descreve: «O Imperio se retirou d'estes paizes (Italia, Gallias e Hespanha) e os Barbaros occuparam-no sem que a totalidade dos habitantes exercesse alguma acção, fizesse sentir em alguma cousa o seu logar nos acontecimentos que a entregavam a tantos flagellos.» (2) E porque se dava esta indiferença geral? é porque o invasor já era conhecido, e o romano só existia por um facto juridico, e mais nada. Dil-o outra vez Guizot: «Se as leis não attestassem por si, que uma população romana cobria ainda o solo, pela historia chegaríamos a duvidar da sua existencia.» As estradas, os aqueductos, os circos, os templos romanos, as inscrições, que abundam na Península, ao passo que são documentos de um facto moral a auctoridade de Roma, são a prova material da existencia de povoações obreiras, colonos e cativos que não eram romanos, mas que compravam o privilegio da sua lei com o trabalho. Guizot diz perfeitamente, que o imperio romano se dissolveu *por falta de uma classe media*; ora, tirados os consules, pretores, propretores e perfeitos e mais algumas familias patricias, que existia na Península a não serem colonos e prisioneiros de guerra, elientes que não eram romanos? Os nomes das tribus germanicas que entraram na Península, *wandeln, schweifen* (Wandalos, Suevos) foram dados a estes povos pelo facto de serem *errantes*; era no acaso d'estas correntes, que as tribus germanicas vinham offerecer-se ao colonato romano, antes de lançarem por terra o seu dominio. Foi em rasão d'este facto, que a distincção entre *Romanos* e *Barbaros*, foi menos sensivel na Península hispanica, como diz Hallam, porque as leis eram mais unifor-

(1) *De Rebus geticis*, p. 293. Ed. Panek.

(2) *Essais*, p. 2.



mes e approximavam-se mais do imperio. (1) A distincção entre *Romano* e *Barbaro* era fundada na differença dos direitos que cada um adoptava; os Frankos, Borguinhões e Lombardos conservaram-n'a; mas os Ostrogodos e *Wisigodos*, quasi que desconheceram esta separação. Diz Montesquieu, que a lei romana ficou em vigor entre os *Wisigodos*, porque não dando a lei wisigothica nenhuma vantagem civil ao *Wisigodo*, os Romanos submettidos ao seu governo não tinham fundamento algum para deixarem de viver sobre a sua propria lei.» (2) Entre os *Wisigodos* os Bispos foram redigido sobre o plano das leis romanas um codigo uniforme. (3) Como se sabe, a tradição romana conservou-se unieamente na Egreja e nos palacios; ora as litteraturas modernas foram essencialmente populares e leigas. Não comprehende os principios da *Historia da Litteratura portugueza*, quem pensar que eu amullo ou elimino o elemento romano; daria um documento de falta de senso historico se começasse por elle a proeuar as manifestações de uma nacionalidade que se formou no seculo XII, mas a sua verdadeira luz está em pôr em evidencia como a tradição romana foi renaseendo, impondo-se, dominando, até absorver a originalidade do genio nacional. E' esta lueta o caracteristico do grupo das litteraturas romanicas; porque motivo estará a *Litteratura portugueza* fóra d'esta lei profunda? Não será mais difficil explicar uma aberração, uma anomalia, do que o facto serial e comprobativo de uma lei organica da natureza?

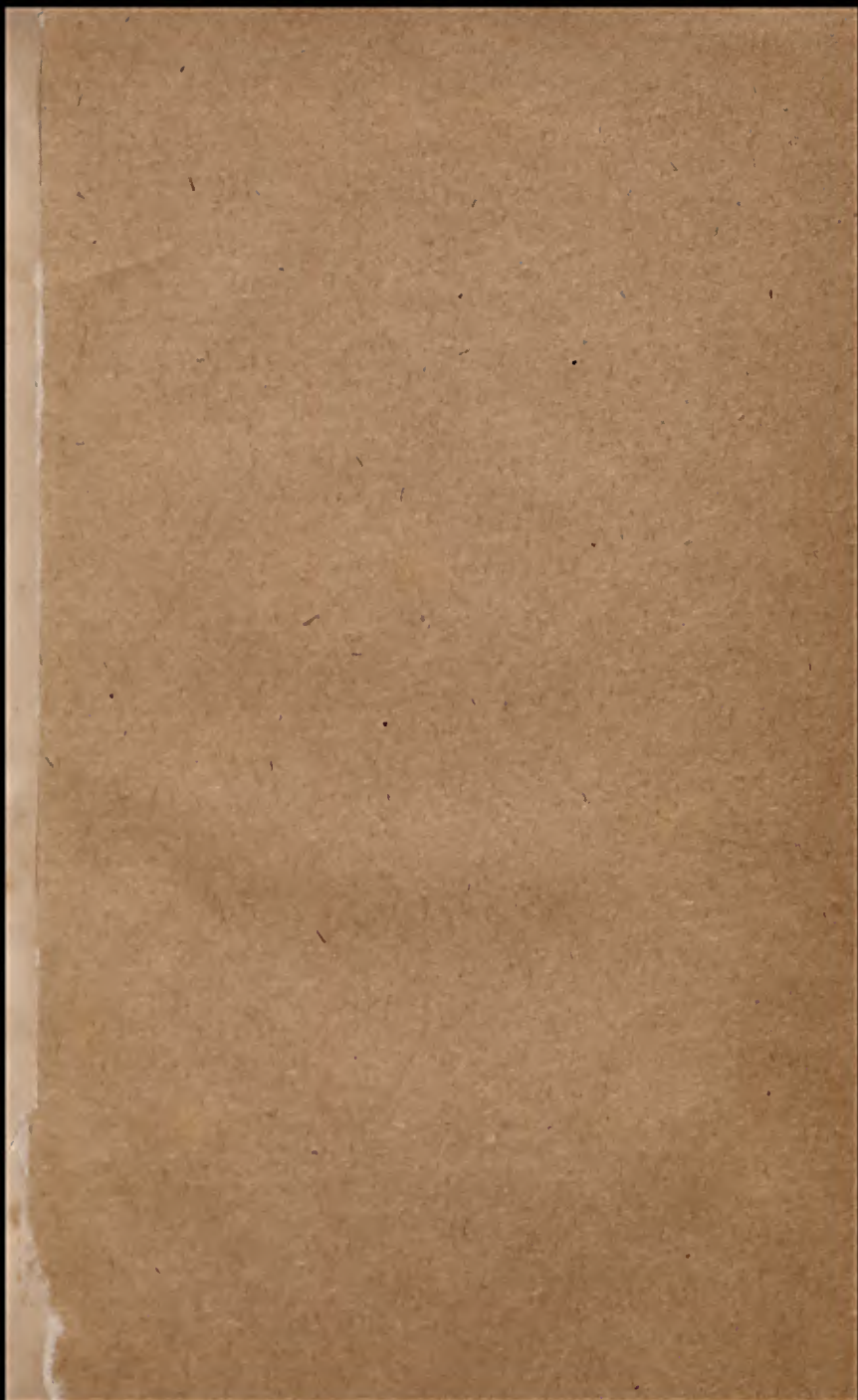
FIM.

(1) *Europa na edade media*, p. 318.

(2) *Esprit des Loix*, liv. 28, cap. iv.

(3) Hallam, *ib.*, p. 141.





unesp⁺ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE ASSIS
INSTITUTO DE LETRAS, HISTÓRIA E PSICOLOGIA

— BIBLIOTECA —

Tombo 1.868 Classe 801.15
B813c

Autor Braga, Theophilo

Título Os Críticos da História
da Literatura Brasileira

TOMBO: 1.868

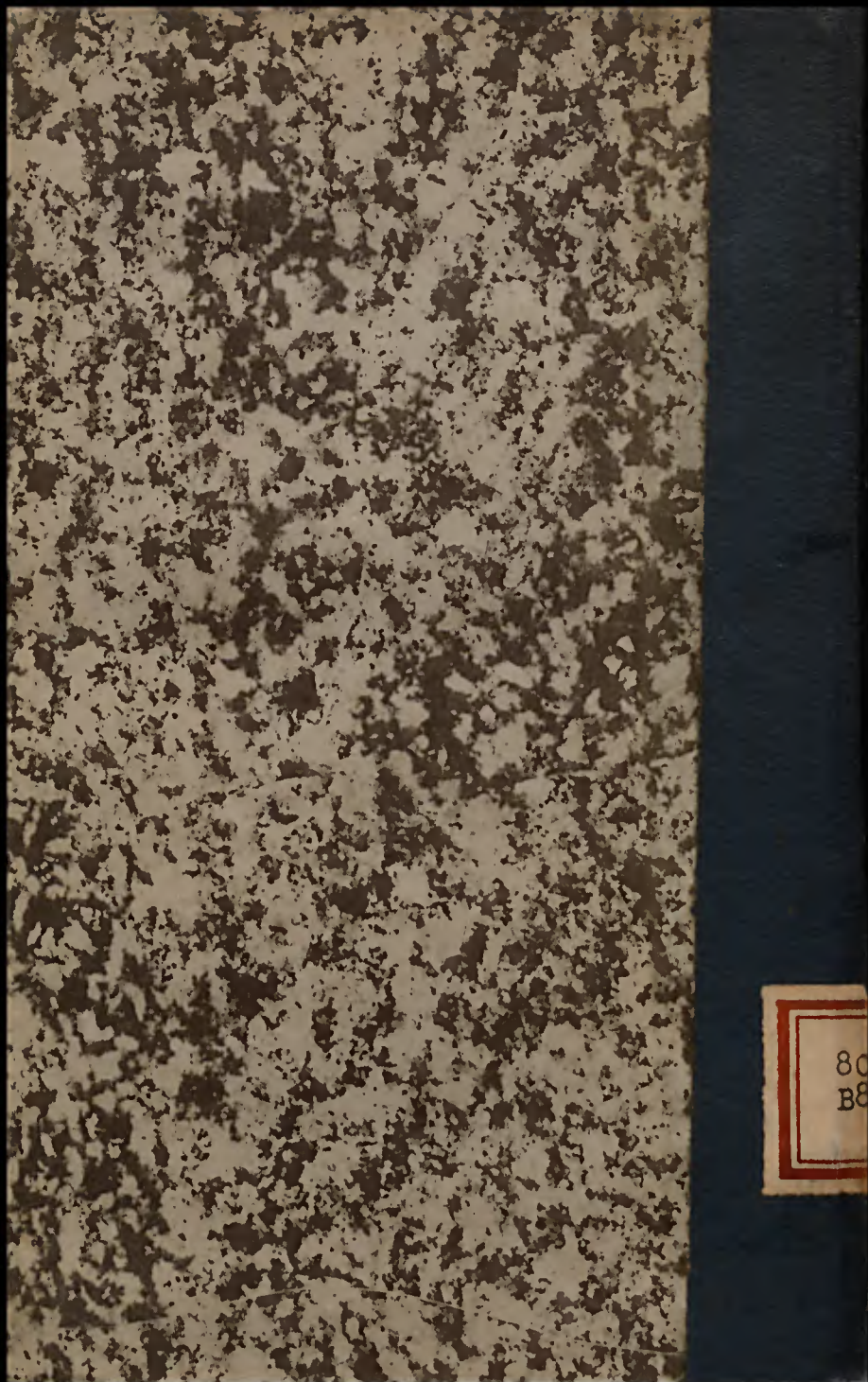
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS
E LETRAS DE ASSIS

BIBLIOTECA CENTRAL

Se este livro não for devolvido dentro
do prazo, o leitor perderá o direito a novos
empréstimos.

O prazo poderá ser prorrogado se não
houver pedido para este livro.

MOD. 88 63 - B - 15 000



80
B8

